

CLAYTON JOSÉ FERREIRA

*ESTÍMULO E ORIENTAÇÃO: HISTORIOGRAFIA E CIÊNCIA NO ENSAIO O BRAZIL NA
HISTÓRIA (1930) DE MANOEL BOMFIM*

MARIANA

Instituto de Ciências Humanas e Sociais/UFOP

2013

CLAYTON JOSÉ FERREIRA

*ESTÍMULO E ORIENTAÇÃO: HISTORIOGRAFIA E CIÊNCIA NO ENSAIO O BRAZIL NA
HISTÓRIA (1930) DE MANOEL BOMFIM*

Monografia apresentada ao Curso de História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. Mateus Henrique de Faria Pereira

MARIANA

Instituto de Ciências Humanas e Sociais/UFOP

2013

Dedico este trabalho a minha amada avó, a Sra. Margarida Reis. A meus pais, Osvaldo José Ferreira e Neusa de Carvalho e minha irmã, Jeysiane Carvalho Ferreira.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer por toda paciência, compreensão, atenção e profissionalismo do orientador Prof. Dr. Mateus Henrique de Faria Pereira. Também as primeiras oportunidades de pesquisa e todo apoio oferecidos pelo Prof. Dr. Fernando F. Nicolazzi e ao Prof. José Arnaldo de Aguiar. A toda ajuda e sugestões do Prof. Dr. Jefferson Queler, Prof. Dr. Marcelo Rangel, Prof^a. Dr^a. Luisa Rauter e Prof^a. Dr^a. Helena Miranda Mollo. Por tudo que a Universidade Federal de Ouro Preto, em especial o Instituto de Ciências Humanas e Sociais e todo o corpo docente o qual tive o privilégio de ser aluno me concederam. Não posso deixar de mencionar o financiamento a minha ultima pesquisa de iniciação científica da Fundação de apoio a pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e as anteriores, fomentadas pela própria universidade e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Agradeço a meus pais, Osvaldo José Ferreira e Neusa de Carvalho, a minha irmã, Jeysiane Carvalho Ferreira, a meus avos e familiares por todo apoio, compreensão, carinho, educação e por cada segundo de suas vidas que compartilharam comigo. A Helena Azevedo Paulo de Azevedo por se fazer sempre minha companheira a toda e qualquer situação. Agradeço também por tudo que meus amigos fizeram por mim, em especial a Eduardo Oliveira, Eduardo Reis, Cezar Peret, Julio Cezar da Paz, Alysson Ferreira, Maira de Andrade, Aline Maciel, Natan Santos e a toda república Deuses do Golo, principalmente a Antonio Arnaldo, Danilo Barcelos, Bruno Scaramussa, Elmo Lincon e Diego Guedes por terem me acolhido.

Mariana, Julho de 2013.

A historia seria um luxo perdido, inutil dispêndio de inteligência a que o homem não se entregaria, si não houvera a tradição, com a sua indiscutível utilidade – estímulo e orientação. (...) A realização social se faz, necessariamente, em esforços individuais; mas é na tradição que se definem as possibilidades de harmonia entre o individuo e o conjunto social.¹

Resumo

¹ BOMFIM, Manoel. *O Brazil na História: deturpação das tradições, degradação política*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930, p. 14.

O presente trabalho visa analisar o livro *O Brasil na História* (1930) de Manoel Bomfim (1868-1932) para compreender sua abordagem sobre aspectos do conhecimento científico no período e sua crítica e projeto historiográfico. No intuito de compreender melhor estes aspectos da ciência em seu texto procuramos apontar como estas experiências científicas foram apresentadas e compartilhadas em ensaios de outros autores contemporâneos a ele. Deste modo escolhemos os ensaios de Silvio Romero (1851-1914), Oliveira Viana (1883-1951), Luís Pereira Barreto (1840-1923), Euclides da Cunha (1866-1909), Joaquim Nabuco (1849-1910) Alberto Torres (1865-1917). Sendo assim, no que tange a discussão sobre a ciência da primeira república, nosso recorte se estendeu de 1978 a 1930, respectivamente anos de publicação dos ensaios de Alberto Torres e Manoel Bomfim. Sobre a escrita da história nos focamos estritamente em *O Brasil na História*. Articulamos seu pensamento historiográfico e científico por compreender que estas seriam as bases de seu principal argumento. Este seria a necessidade de tomar consciência de que apenas a transformação do Estado poderia gerar progresso social. Para isso era necessário matizar o conhecimento da prestigiosa ciência etnográfica que determinava que sociedades mestiças possuíam capacidades limitadas. Através de uma análise histórica o autor procura demonstrar como tais limites foram ultrapassados no passado. A partir desta análise e de um balanço historiográfico feito por Bomfim pudemos sistematizar seu projeto metodológico e teórico de escrita da história. Ao fim de nossa pesquisa pode-se compreender melhor como dois aspectos da sua contemporaneidade, a história e outros conhecimentos científicos, se atrelavam como possibilidades de orientação na experiência de tempo da primeira república.

Palavras Chave: Manoel Bomfim, Historiografia na Primeira República, Ciência.

Abstract

This study aims analyzes the book *O Brasil na História* (1930) Manoel Bomfim (1868 to 1932) to understand their treatment to aspects of scientific knowledge in the time questioned and his critique about historiographical project. In finality to improved understand these aspects of science in his text, as we set a point these scientific experiments were presented and shared in other contemporary authors to him. We chose this essays for Silvio Romero (1851-1914), Oliveira Viana (1883-1951), Luís Pereira Barreto (1840-1923), Euclides da Cunha (1866-1909), Joaquim Nabucco (1849-1910) Alberto Torres (1865-1917). Thus, around the discussion about the science in the Brazilian First Republic, our sniper extended from 1978 to 1930, Respective years of publication of Alberto Torres and Manoel Bomfim. About the writing of history in their times, we focus strictly on Brazil in History. We articulate in our study, their scientific and historiography ideas to understand your objective and foundations of his main argument. Him believed that only the transformation of the state would generate social progress. It would be necessary to discuss the problematic of the prestigious ethnographic science which determined that mestizo societies had limited capabilities. Through a historical analysis, the author looking for to demonstrate how such limits have been exceeded in the past. From this analysis and a historiographical criticizes of Bomfim, we systematize your methodological project and theoretical writing of history. At the end of our research, we can understood as two aspects of its contemporary, history and other scientific knowledge is linked as possibilities for guidance in time experience of the Brazilian First Republic

Key Words: Manuel Bonfim, Historiography in the Brazilian Fist Republic, Science

Sumário

Introdução.....	8
1. <i>O Brasil na Historia</i> (1931) como problema.....	8.
Apontamentos sobre a ciência na primeira república e em <i>O Brasil na História</i> (1931).....	16
1. Possíveis problemáticas compartilhadas: A “missão” científica dos homens de letras.....	16
2. Possíveis problemáticas compartilhadas: A abordagem de Manoel Bomfim.....	31
Possibilidades sobre a escrita da história em <i>O Brasil na História</i> (1931).....	28
1. Um paralelo sobre aspectos da historia científica alemã do início do século XIX e o pensamento histórico de Bomfim.....	36
2. A compreensão de história e o projeto historiográfico.....	40
Conclusão.....	59
Fontes e Bibliografia.....	61

Introdução

O Brasil na História como problema

Partindo de uma perspectiva de análise crítica e tentativa de repensar a escrita da história intelectual ou das ideias, proposta por Pierre Rosavallon no que tange a prática historiográfica e a história conceitual do político. O trabalho a seguir tem por objetivo principal a investigação dos princípios que presidiram certa noção de escrita da história e das categorias, mobilizadas nos discursos científicos durante a primeira república brasileira (1889-1930). Como apontado por Rosavallon, uma história das ideias desvincilhada de questões mais amplas pode se tornar um tanto quanto simplista ou demasiada fragmentada. A investigação do nosso objeto, norteado pelas possibilidades da historicidade do período, serve também a compreensão daquilo que está para além dele mesmo. Apresentados como “lugar comum”, *topos*, problemáticas compartilhadas, categorias e conceitos a nossa fonte nos revela importantes discussões para alguns autores da primeira república.² Ao analisar a obra de Bomfim podemos entender melhor em outros escritores como se configuravam pontos (de alguma forma) comuns sobre o que tange o homem em sociedade. Em nosso trabalho escolhemos investigar alguns aspectos da cientificidade do período na sua primeira parte. Isto por acreditarmos que o esforço para se produzir um conhecimento cientificamente constituído e os diversos métodos, teorias e disciplinas possuem um lugar importante neste período para as representações do passado. Logo em seguida iremos tentar expor e analisar algumas possibilidades sobre estas representações no livro *O Brasil na História* (1931) de Manoel Bomfim.

Uma das funções da historiografia estaria em reorganizar o passado para melhor orientar as ações. Dentre outros motivos me parece que nos ensaios tanto do início quanto do fim da primeira república, se atrelava ao momento político. Havia uma grande expectativa de que o regime pudesse estabelecer novas formatações ao país e se opor ao regime anterior. Este passado rearranjado serve então a orientar as possibilidades do presente e futuro, seja no esforço de romper no estranhamento, nas continuidades, na evidenciação dos processos que estão ou entram em curso ou na tentativa de compreender alteridades e, ainda, influir neste mundo como observaremos na nossa fonte. Para tal compreensão torna-se necessário investigar questões caras ao pensamento da época como a escrita da história científica e, mão menos importante, do que poderia ser entendido como idéias científicas (teóricas e

2 ROSAVANLLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. Revista brasileira de História. São Paulo, Vol. 15, Nº 30, 1995, p 9-22.

metodológicas) compartilhadas e ao esforço em criar um projeto de ação transformadora ao país.

O período estudado se localiza anterior as universidades, ou seja, à institucionalização de uma parcela mais que considerável da produção intelectual no país com o advento da maior atuação dos letrados nas academias. A saber, em meados da década de quarenta a maior propagação do ensino superior estabeleceu um novo ambiente de atividade intelectual que se centrava nas universidades e elegia novos gêneros de escrita, como a monografia. O recorte se localiza também posterior a uma predominância da historiografia vinculada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e a outros institutos de história. Este momento foi de intensa produção de ensaios dos mais variados autores em um esforço de análise, interpretação, diagnósticos e prognósticos que propunham interpretar o que constituía o Brasil em suas multiplicidades. Na primeira parte da nossa análise tentaremos entender como Manoel Bomfim aborda algumas concepções da cientificidade da época. Em seguida faremos alguns apontamentos sobre estas problemáticas em alguns outros ensaios. Deste modo nosso recorte se estenderá do ensaio de Alberto Torres de 1878, *O problema nacional brasileiro*, ao ensaio *O Brasil na história* de 1930, escrito por Manoel Bomfim. Compreendemos que houveram diversas transformações durante o recorte, porém, tentaremos apontar alguns aspectos da ciência que de alguma forma perpassaram este recorte. Apenas o ensaio de Bomfim será analisado de forma sistemática. Porém, no esforço para compreender como alguns destes elementos foram apresentados em outros autores, os apontaremos de forma menos aprofundada em outros ensaios. Nossa temporalidade nesta primeira parte será, portanto, um pouco mais extensa. Sobre a escrita da história nos focaremos em estudar o ensaio de Bomfim de 1930.

Em um ambiente de intensa participação política as obras dos autores vinculados ao período se esforçavam em tentar apresentar possibilidades de intervenção nos problemas

encontrados nas diversas estruturas do país³. Procurou-se nortear as investigações através da concepção de *ensaio histórico*, um gênero textual com certa fluidez em sua definição e compartilhado entre os autores do período, dada a ressalva e as escolhas estilísticas e posicionamentos individuais. É possível notar a importância e particularidade dos textos historiográficos deste período centrados em autores específicos e não mais, necessariamente, ligados a concepções relacionadas a diretrizes institucionais, como ocorria com os membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em meados do século XIX. ⁴Praticando certa poligrafia, os intelectuais envolvidos se dedicaram a um ecletismo de aparatos teóricos característicos da cientificidade do período como a etnologia, as teses raciais, o positivismo (em suas variadas definições⁵), o darwinismo e as ideias de Spencer, compondo assim as narrativas de variados gêneros discursivos tais como a poesia, textos em prosa, livros didáticos, artigos em jornais, romances e o próprio ensaio.⁶

Tais teorias podem ser evidenciadas nas categorias cunhadas e amplamente difundidas do nosso recorte para definir os gêneros discursivos do período, tais como o naturalismo nos romances em prosa, o parnasianismo na poesia e o realismo nas artes plásticas. Procurava-se opor a concepções que foram resumidas a uma categoria também cunhada neste momento

³ Ressalto aqui que a escrita da história vinculada a instituições como o IHGB continuou a ser produzida. Porém é evidente, como afirma Fernando Nicolazzi em sua tese de doutoramento *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio* (2008), o *locus* onde o trabalho historiográfico se estabeleceu nesta fase se identificava com elementos e categorias que não faziam, na maior parte das vezes, ao programa de tais instituições. Deste modo o autor e seu aparato erudito e científico se tornavam novos paradigmas que pretendiam dar um olhar inovador, totalizante e atuante. O próprio Manoel Bomfim apontou à necessidade de valorizar a existência de excelentes autores (como, segundo ele, Frei Vicente do Salvador) de momentos anteriores a República já que em suas obras eram apontadas múltiplas realidades e interpretações que eram omitidas de alguma forma, muitas vezes pela própria escrita da história institucionalizada.

⁴GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. *Nação e civilização nos trópicos: o instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional*. Estudos Históricos, Vol. 1, n. 1, 1998, p. 6-8.

⁵ALONSO, Angela. *O positivismo de Luís Pereira Barreto e o pensamento brasileiro no final do Século XIX*. Coleção documentos. Série Teoria Política. IEA/USP, São Paulo, v. 09, 1995, p. 11.

⁶GOMES, Angela de Castro. *A república, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009, p. 26-27.

neste momento não conseguiremos fugir dela: o romantismo.⁷ É necessário apontar aqui que pretendemos expor nossos estudos indo ao encontro com o que Valdei Lopes Araujo explicita sobre categorias como esta. Como aponta o historiador, matizar ou procurar limitar o uso de categorias como *romantismo* ou *historicismo* talvez colaborem para evitarmos simplificar a nossa análise.⁸ Acredito que o que procuramos definir como dois possíveis momentos da historiografia e de idéias compartilhadas entre alguns letrados podem ser mais seguramente explicitadas sem que adentremos necessariamente nos múltiplos usos e significados destas categorias.

Acerca dos aspectos críticos e metodológicos da escrita da história no período, percebe-se que os autores introduziram as discussões e problemáticas tanto nos textos apontados como científicos, como os de caráter literário⁹. Para a maioria dos autores deste momento era comum investir em outros gêneros textuais e em variadas áreas do conhecimento. A mesma pluralidade ocorria na temática, que se comprometia com problemas políticos, culturais, sociais, educacionais, científicos, psicológicos e morais, num esforço que procura propor soluções às problemáticas apontadas em seus trabalhos, tentando assim, dar conta da vasta diversidade brasileira. Desta forma era natural que os autores do período, se entressem em matérias, artigos de jornais e revistas (além de muitas vezes participar de suas fundações) escrevessem poemas, livros didáticos ou romances, na tentativa de manter viva a discussão no cotidiano da vida pública¹⁰.

7OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “A questão nacional na primeira república”. In: COSTA, Wilma Peres da; LORENZO, Helena Carvalho de (Org.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997, p. 189-191.

8ARAUJO, Valdei Lopes de. “Sobre a permanência da expressão *história magistral vitae* no século XIX brasileiro”. In: ARAUJO, Valdei Lopes de. MOLLO, Helena Miranda. NICOLAZZI, Fernando F. (Org.). *Aprender com a História? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 134-135.

9É possível notar que neste período as delimitações dos gêneros textuais possuem uma flexibilidade diferenciada, característica marcante da historicidade encontrada na escrita poligráfica do momento. Deste modo, em um texto literário, por exemplo, não se exclui a possibilidade de que este possua características científicas ou científicas. A delimitação entre gêneros de escrita científicos e não-científicos me parecem ter sido uma delimitação mais comum a partir das práticas de escrita acadêmica que se constituíram em meados do século XX.

10 SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999, p. 78-86.

Refletindo e reorganizando o que era apontado como passado nacional, os autores da primeira república procuraram construir projetos para o futuro, fundamentando seus argumentos na apropriação de obras de novos autores na tentativa de criar novos olhares aos eventos¹¹ do passado. Do ponto de vista da narrativa, as argumentações voltavam sempre para categorias como “identidade”, “tradição”, “nação”, “democracia”, “povo”, “público”, entre outras que em sua maioria procuravam conferir algum tipo de unidade as disparidades do país, as quais são muito caras para a cultura letrada das décadas finais do século XIX e início do XX. Em muitos momentos foram retificadas, ou matizadas, tais unidades identitárias para pensar a tradição histórica e memorialística dos diversos grupos sociais, no esforço de sistematizar argumentos que tentavam dar conta da multiplicidade do que é conhecido como Brasil.

Foi possível constatar, portanto, a grande complexidade do gênero discursivo ensaístico. Não se trata de uma forma de escrita de transição entre aquela vinculada principalmente pelas instituições históricas do começo do século XIX (como o IHGB) e as práticas acadêmicas do final da primeira metade do XX. Este desligamento a uma matriz institucional histórica me parece ter legado autonomia ao pensamento historiográfico. Isto consolidou em uma prática difundida e de certa forma estruturada, a saber, uma escrita de forma argumentativa aberta, que se pretendia discutir, refletir e repercutir no “campo intelectual”.¹² Deste modo, pensando o texto como uma produção passível de historicidade e, inserido em uma tradição conjunta a outros autores¹³, a cultura historiográfica do período possui uma rica e diversa possibilidade no que tange à escrita da história em seus aspectos

¹¹ Quando uso a palavra “evento”, não pretendo aqui pensar fatos políticos, culturais ou sociais como situações isoladas bem definidas ou conceber a elas uma estrutura específica, mas sim estudá-los como fenômenos que, através de discursos historiográficos, possuem possibilidades diversas em sua historicidade. Por isso mesmo são eventos, como descritos por Koselleck em *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos* (Trad. de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC/RJ, 2006.): possuem uma conexão importante com um *antes* e, mais importante aqui, um *depois*.

¹² Segundo o artigo de Sérgio Miceli que esclarece o conceito de campo intelectual de Bourdieu que, para além de um anacronismo, nos serve aqui como categoria interpretativa do período estudado. MICELI, Sérgio. *Bourdieu e a renovação da sociologia contemporânea da cultura*. Tempo soc., São Paulo, v. 15, n. 1, Apr. de 2003.

¹³ BURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica” IN: BURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, Papyrus, 1996, p.81.

críticos metodológicos, além de suas proposições acerca do passado intelectual e sócio-político brasileiro.

O que pode interessar ao estudo da escrita da história em sua obra seria sua produção de 1905, ano de lançamento de *A América Latina: males de origem* (seu primeiro ensaio de cunho sociológico), até 1931, ano de lançamento de “*O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira*” (1931) e “*O Brasil na História*”. Elegi para minhas investigações a respeito das possibilidades da escrita da história e história política do período, a obra *O Brasil na História* (1930), de Manoel Bomfim. Ao estudar este trabalho, seu texto me pareceu conter a maioria das tensões que tangem a cientificidade do período além de uma crítica historiográfica sistematizada. Através de um balanceamento de autores de diferentes paradigmas historiográficos, tais como Varnhagen, Southey e Frei Vicente do Salvador, Bomfim discorre sobre as possibilidades de escrita da história que pareciam consolidar na sua contemporaneidade. Com o estudo da bibliografia reunida a respeito da obra do autor e mais especificamente sobre o seu ensaio “*O Brasil na História*”, pretendeu-se elaborar uma investigação sobre as abordagens que envolvem a cientificidade do período e a escrita da história em Manoel Bomfim.

Sendo um dos autores que procuraram interpretar a história Brasileira, Manoel Bomfim (1868-1932) se inseriu como um crítico da intelectualidade de sua época. Médico nascido em Sergipe viveu a maior parte de sua vida no Rio de Janeiro, onde completou sua formação superior, se envolveu com política, se tornou educador e conviveu com jornalistas e outros escritores da época como Olavo Bilac, Luís Murat, Guimarães Passos e Aluísio Azevedo. O sociólogo Ronaldo Conde Aguiar afirma que Bomfim teria criado um contra discurso que, de forma crítica e inovadora, atacava muitos ideais científicos, historiográficos, políticos e sociais no período. Entre elas estão a imparcialidade objetiva do autor em sua pesquisa e escrita, a crítica a historiadores que seriam expoentes do período monárquico, às teses racialistas, o positivismo, a participação do exercito nas questões do Estado (chamado por Bomfim de *militarismo*) e algumas idéias políticas tanto de direita quanto de esquerda. Deste modo Bomfim teria sido relegado, segundo Aguiar, a um local de inferioridade na tradição intelectual do país. Desde aqueles os quais dividiu os botequins do começo do século

XX, até uma possível censura a novas edições de sua obra a partir do “Estado Novo”, as ideias de Bomfim teriam sido consideradas, segundo Aguiar, subversivas.¹⁴

Bomfim teria sido um dos primeiros autores a tentar reorganizar os diferentes agentes sociais ao apresentar uma formatação orgânica entre o elemento negro e branco.¹⁵ É importante apontar que textos do autor anteriores a 1905, como o artigo no jornal *A República* em sete de Janeiro de 1897, intitulado “*Dos Sistemas de ensino*”, a outros tantos como o discurso pronunciado em 1906 e intitulado “*O respeito à criança*”, possuem um extenso material a respeito da preocupação com a educação no Brasil. Bomfim acreditava ser a educação a principal forma de dar representatividade política a população. Dada a atualidade de muitos temas trabalhados em sua obra, seu trabalho tem sido revisitado e novas edições de sua obra têm sido publicadas¹⁶ nas últimas duas décadas.

Diante da obra do autor, de estudos realizados sobre a primeira república e sobre a historiografia do período surgiram algumas questões. Estaria Bomfim, diante do novo regime político e da ansiedade por transformações sobre aquilo que ele e outros de seus contemporâneos diagnosticavam como um atraso (entre o Brasil e outros países considerados no curso do “progresso” para utilizar uma de suas categorias), se orientando através de qual relação com o passado? Procurando se opor a algumas escolhas? Quais poderiam ser os possíveis significados das ciências para o período? Quais eram os usos destas ciências? E os problemas apresentados através dela e suas possíveis respostas? Compartilhavam estes usos e significados? Para ele como o passado foi exposto na historiografia (ou historiografias)? Quais são suas críticas a estes possíveis modelos e porque as faz? Qual seu projeto historiográfico? Quais poderiam ter sido os autores e ideias que fundamentaram suas concepções? Dada a grande importância que da a Mommsen como modelo de historiador,

¹⁴AGUIAR, Ronaldo Conde. *O Rebelde Esquecido: tempo vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000, p. 25-51.

¹⁵SUSSEKIND, Flora; VENTURA, Roberto. *História e dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim*. São Paulo: Moderna, 1984.

¹⁶Segue as novas edições dos livros do autor: BOMFIM, Manoel. *Pensar e dizer: estudo do símbolo no pensamento e na linguagem*. São Paulo: Casa do psicólogo, 2006.

BILAC, Olavo; BOMFIM, Manoel. *Através do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

tendo lido textos de autores da antiguidade e através dos seus argumentos¹⁷, poderia ele entender a história não apenas através de como ela se estruturava em sua época no Rio de Janeiro, mas também pelo contato com autores que se envolveram no processo que constituiu a história como ciência na Alemanha, ao longo do século XIX? ¹⁸Poderia seu trabalho equivaler a uma tensão entre um discurso pré-moderno e moderno de história descrito por Rüsen?¹⁹ Quais as suas possíveis compreensões sobre a ideia de tempo e a temporalidade a qual ele é agente? Se categorias como modernização e progresso são essenciais para entender seu pensamento e o de sua temporalidade, mas também a ideia de atraso, esse tempo era experimentado de forma acelerada? Ou seria o oposto: estagnada? Seria uma tensão entre experiências diversas e até mesmo divergente destas? Sua crítica ao positivismo, objetivismo, relativismo e crítica à análise “desapaixonada”, poderiam evidenciar sua busca por orientação e estabilidades através do passado²⁰?

Dentre outras, estas são algumas das questões que me ocorreram as quais tentarei responder ou, ao menos, expor de forma mais sistemática. O nosso principal objetivo aqui é estudar as perspectivas historiográficas de Bomfim e sua abordagem científica, pois acredito que estas duas perspectivas são as bases da sua análise sobre as possibilidades de transformação social em seu ensaio de 1930. Para Bomfim este é o seu grande objetivo neste livro: apresentar um possível percurso até o progresso social²¹. Para ele o Estado, desde a monarquia a sua contemporaneidade, pouco se preocupava em criar políticas voltadas para o beneficiamento da população. Por mais que os diversos setores da sociedade se mantivessem como um agente ativo dos processos históricos havia defasagem entre suas expectativas e as

17 BOMFIM, Manoel. *O Brazil na História: deturpação das tradições, degradação política*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930.

18 PAYEN, Pascal. *A constituição da história como ciência no século XIX e seus modelos antigos : fim de uma ilusão ou futuro de uma herança ?* História da historiografia. Ouro Preto. n° 6, Março de 2011, p. 103-122.

19 RÜSEN, Jörn. Narratividade e objetividade nas ciências históricas. *Textos de História*, Brasília, v.4, n. 1, 1996, p. 75-102.

20 SCHOLTZ, Gunter. O problema do historicismo e as ciências do espírito no século XX. *História da historiografia*. Ouro Preto. N.º 6, Março de 2011, p. 44.

21 BOMFIM, Manoel. Op. Cit., P. 14.

ações do Estado. Para ele este poder se sintetizava no controle do exercito e de outras medidas coercitivas, e eram estas muitas vezes inviabilizavam a representação das vontades da maior parte dos setores sociais.²² Se o As instituições se mantinham herméticas era necessário transformá-las. Para ele, a consciência através da educação possibilitaria tal transformação, e se o Estado não a oferecia para a população era necessário que outros atores sociais, como os letrados, a viabilizassem de alguma forma. Mas como argumentar a favor deste poder transformador que a sociedade brasileira possui se alguns dos pressupostos científicos determinavam que suas capacidades étnicas eram limitadas? Se o prestígio da ciência se coloca desta forma, sem dúvida funcionava como um princípio orientador ao menos para uma parte significativa dos letrados do período. Para matizar este conhecimento científico era necessário dar a ela um caráter histórico, entender sua existência temporal. E para apresentar sua análise histórica, Bomfim faz uma crítica historiográfica, convocando o historiador a pensar seu ofício e se atentar a este fenômeno que articula o progresso social, o conhecimento científico e a historia.

A intenção não é esgotar as investigações sobre o objeto aqui estudado e as perspectivas que iremos abordar. O que será apresentado aqui necessita, sem dúvida, de maior aprofundamento analítico a respeito das problemáticas abordadas, da inclusão de outros trabalhos elaborados sobre o tema e estudo empírico. Porém, aqui encontraremos, através de um esforço de síntese e compreensão das pesquisas elaboradas, parte dos resultados dos trabalhos que se deram durante o Projeto de Iniciação à Pesquisa (PIP), fomentado pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) entre os meses de Agosto de 2011 a Julho de 2012, intitulado “*O Brazil na História de Manoel Bomfim: historiografia brasileira entre 1870 e 1940, ensaio, erudição e escrita da história*”, e, ainda, o projeto em curso fomentado pela Fundação de apoio a pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), intitulado “*As perspectivas historiográficas de Manoel Bomfim em O Brazil na História*”, com início em Março de 2013 e término em Fevereiro de 2014. Os projetos estão vinculados ao Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade (NEHM), e ambos orientados pelo Prof. Dr. Mateus Henrique de Faria Pereira do departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), sendo que o projeto em curso é co-orientado pelo Prof. Dr. Fernando F. Nicolazzi do departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

22 BOMFIM, Manoel. Op. Cit., P. 383-386.

Considerações sobre a ciência na primeira república e em *O Brazil na História* (1930)

Possíveis problemáticas compartilhadas: A “missão” científica dos homens de letras

É preciso apontar que, com *problemáticas compartilhadas*, quero propor que nos ensaios do período de 1978 a 1930 há idéias e questões mais ou menos similares, ou que sugere a mesma temática. Do mesmo modo, existem categorias compartilhadas que orientam o esforço de sintetizar a história. Portanto, por mais diferentes que possam ser os significados em cada autor (ou mesmo no livro de um mesmo autor) de categorias como “*história*”, “*progresso*”, “*civilização*”, eles compartilham o seu uso. Algumas funcionam como “lugar-comum”, outras como *topos*²³. Outras, ainda, são respostas diferentes ao esforço de responder questões similares, quando se compartilha a mesma historicidade. Assim, algumas das problemáticas possuem os mais diversos significados, mas podem estar aglomeradas pelo uso comum de uma mesma categoria, expressão, ou mesmo categorias e expressões similares, como iremos investigar. Aquelas problemáticas que se evidenciam como *topos* seriam as que expressam uma experiência de tempo, de alguma forma, compartilhada por diversos autores em espaços diversos, como por exemplo, o pressuposto civilizacional, a ideia de que era necessário ir ao encontro com uma espécie de fluxo de desenvolvimento global.²⁴ O “lugar-comum” seriam expressões, máximas, ou mesmo categorias que possuem uso comum, generalizado, mas que seu significado não expressa o mesmo significado que encontramos na obra. Estes problemas foram discutidos através das mais diversas formas e argumentações, mas pontuam uma experiência de tempo compartilhada.

Difundiram-se através da leitura de autores em comum e de espaços de divulgação e discussão destes problemas. Os ensaios são um, dentre estes espaços onde se compartilhavam o “lugar comum” e o *topos*, não apenas no texto, mas na obra como um todo. Nas citações, nas notas de pé de páginas, nos prefácios e posfácios, nas

²³ALCIDES, Sérgio. *Estes Penhascos: Claudio Manoel da Costa e a paisagem das Minas, 1753-1773*. Apud.: ARAUJO, Valdeci Lopes de. *Op. Cit.* p. 144.

²⁴NICOLAZZI, Fernando. *Um estilo de história. A viagem, a memória, o ensaio*. Tese de doutoramento defendida pela UFRGS em 2008, p. 30.

introduções, nos apêndices encontramos críticas, elogios, análises, argumentações e contra argumentações, sobre estas variadas problemáticas compartilhadas. Ainda sobre a escrita, também encontramos estes espaços de discussão e divulgação nas revistas, jornais e cartas²⁵. Mas é importante lembrar que outras dimensões da vida urbana, principalmente a carioca, na primeira república faziam parte importante desta realidade. Os cafés, botequins, além dos cargos públicos e publicitários, e outros espaços de sociabilidades (aqueles também possibilitados pelas viagens, na maioria das vezes para aprimorar a formação), compunham estas possibilidades de compartilhamento e ressignificações de problemáticas. Dessa forma, como assinala Koselleck:

“Poder-se-ia objetar que essas considerações são triviais, tão triviais que não vale a pena perder tempo com elas. Mas são necessárias para explicar o significado dos conceitos históricos dos quais vamos falar. Como realizações linguísticas, os conceitos em que as experiências são reunidas e as expectativas enfeixadas não são meros epifenômenos da assim chamada história real. [...] Quando se analisam conceitos passados cujos termos ainda poderiam ser os nossos, podemos ter uma ideia das esperanças e anseios, das angústias e sofrimentos dos contemporâneos de então”.²⁶

O esforço de síntese, o ideal de ação e o entusiasmo em investir no conhecimento foram fenômenos essenciais para se experimentar, orientar e organizar o mundo letrado na primeira república. Se voltarmos nossa atenção às categorias e expressões comuns, poderemos melhor compreender as possíveis experiências compartilhadas no período, como a escrita da história e os aspectos que tangem a ciência. Parece me haver neste recorte diferenças quanto a temática que tange ciência. Dentre outras considerações sobre o processo histórico que encontramos na primeira república, não podemos ficar indiferentes com um (ao menos aparente) entusiasmo entre os letrados com a instauração do novo regime em um primeiro momento²⁷, e em seguida

25VERGARA, Moema de Resende. “As representações de ciência em espaços de divulgação no Brasil oitocentista uma nova pedagogia”. ARAUJO, Valdeci Lopes de. MOLLO, Helena Miranda. NICOLAZZI, Fernando F. (Org.). *Aprender com a História? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 172.

26KOSELLECK, Reinhart. *Op. Cit.*.p. 268.

27SEVCENKO, Nicolau. *Op. Cit.*

a sensação de que ele não teria cumprido as expectativas²⁸. Há aí uma perspectiva de que haviapoucos rompimentos e muitas continuidades com os problemas diversos, encontrados no regime político anterior. Para além destas diferenças, iremos tentar perceber quais pontos possivelmente foram compartilhados neste processo.

Gostaria de tentar explicitar nesta primeira parte, algumas das questões que caracterizavam uma possível ideia de ciênciano final do século XIX e início do século XX. Tais questões se tornaram de extrema importância para melhor compreender as possibilidades de funcionamento do próprio períodoou, pelo menos, os principais centros do país. Neste período a ciência se torna grande orientadora e organizadora de uma importante parcela do mundo brasileiro, seja no cotidiano doméstico, na técnica²⁹, nas instituições³⁰ ou no universo letrado³¹. Podemos verificar esta importância tanto nas obras daqueles autores que eram parte da chamada “geração de 70” até o ano final do nosso recorte, a saber, o ano que foi lançado o livro “*O Brasil na História*”, de Manoel Bomfim. De forma genérica, o que entendo por ciência de 1878 a 1930 poderia ser definido como um conjunto de métodos, práticas, técnicas, empirias e teorias, muitas das vezes, compartilhadas a respeito das possibilidades de analisar e melhor compreender objetos diversos, tanto naquilo que era tratado no período como as “ciências naturais”, “ciências exatas” e nas “ciências do espírito”. Acredito que através da citação de uma historiadora da ciência podemos melhor compreender ao menos uma possível definição do conceito no período:

“Tenho pesquisado o período entre 1870 e 1930, e, neste intervalo, a noção de ciência já se confunde com progressos técnicos de várias ordens: mesmo assim, pela análise dos textos e possível inferir que para aqueles homens a ciência propriamente dita não é só técnica, mas é o método – instrumento da razão - que permite conhecer a natureza. [...] A questão importante para os historiadores e ver que, junto com o

28 LAHUERTA, Milton. “Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização”. In: COSTA, Wilma Peres da; LORENZO, Helena Carvalho de (Org.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997, p. 96-110.

29 VERGARA, Moema de Resende. *Op. Cit.* p. 171-182.

30 DANTES, M. Amélia (org.). *Espaços da ciência no Brasil (1800-1930)*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

31 SCHWARCZ, Lilia Mortiz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. P. 23-47.

esforço de representação da ciência, a divulgação traz consigo outras ideias, como a necessidade de que sejam os brasileiros os agentes do conhecimento de sua própria terra³².”

A partir desta abrangente definição, o que cabe ao nosso estudo aqui são as possibilidades de escrita da história na primeira república e, assim, também uma escrita científica, além das teorias científicas que fizeram parte dos métodos analíticos e das interpretações sociais do período. É necessário apontar que tais ideias estão intimamente ligadas na composição deste processo e apenas as separo para facilitar a análise. A investigação a respeito das possibilidades historiográficas será desenvolvida em um momento posterior. Ficaremos agora com a exposição das principais teorias sociais científicas. Após isso tentaremos compreender melhor como elas eram apropriadas para a criação de pragmáticas, que pudessem mobilizar a transformação das sociedades ou simplesmente interpretá-las.

As teorias científicas e as possíveis interpretações sociais

As principais teses que originaram as teorias científicas de interpretação social do período são aquelas traçadas a partir das obras de Comte (1798-1857), Spencer (1820-1912), Darwin (1809-1882) e as teorias raciais desenvolvidas através dos trabalhos como os de Gobineau (1816-1882), Lapouge (1854-1936), Fouillée (1838-1912), Gustave Le Bon (1841-1931), e Retzius (1796-1860)³³. Dos três primeiros autores originaram respectivamente o positivismo, o evolucionismo e o Darwinismo social³⁴. No seu uso diverso foram reapropriadas e adquiriram significados, muitas vezes variados daqueles originais. Foram utilizados largamente nos trabalhos de autores como Silvio Romero (1851-1914), Oliveira Viana (1883-1951), Luís Pereira Barreto (1840-1923), Euclides da Cunha (1866-1909), Joaquim Nabuco (1849-1910) Alberto Torres (1865-1917) e Manoel Bomfim (1868-1932).

³²VERGARA, Moema Resende de. *Op. Cit.*: p. 171-172.

³³AGUIAR, Ronaldo Conde. *Op. Cit.*, p. 235.

³⁴ALONSO, Angela. *Op. Cit.*. p. 1-18.

As aceitações de tais teorias não estão atreladas somente ao ideal de conhecimento analítico e objetivo da sociedade, e como agentes de transformação da mesma, mas muitos deles se interligam também aos projetos políticos defendidos no período. Deste modo havia um entusiasmo crescente com o positivismo nas décadas finais do XIX, já que este se colocava como crítico da monarquia, do liberalismo e a instituição escravocrata, além de possuir um tom autoritário que ia de encontro com o militarismo que se instaurava no Brasil³⁵. Já o evolucionismo de Spencer, teria encontrado melhores adeptos entre os liberais³⁶.

É preciso elucidar que é possível encontrarmos múltiplas definições para tais teorias no período, mas aqui tentarei me ater à sistematização de Angela Alonso³⁷. Estas definições vão de encontro com aquilo que encontramos em nossa fonte, *O Brasil na História* (1930)³⁸ de Manoel Bomfim. Desta forma os pontos importantes que podem nos permitir compreender ao menos uma formação de cada uma destas teorias em solo brasileiro são:

- Positivismo: hierarquia social bem delimitada e transformações sociais são possibilitadas através da conscientização moral e científica.
- Evolucionismo de Spencer: Similar à natureza, a sociedade se estabelece por leis de adaptação e seleção.
- Darwinismo social e teorias raciais: As estruturas sociais eram definidas pelas determinações evolutivas que conceberam qualidades diferenciadas e superiores a diversos grupos conhecidos como raça.

Experiências e projetos para a ação e transformação social

³⁵MORAES, João Quartim de. “O positivismo nos anos 20: entre a ordem e o progresso.” In: COSTA, Wilma Peres da; LORENZO, Helena Carvalho de. (Org.) *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997, 75-83.

³⁶De acordo com Angela Alonso (1995) em seu texto já citado aqui, esta perspectiva é melhor desenvolvida por Grahan. GRAHAN, R.. *Grã-Bretanha e o início da Modernização no Brasil (1850-1914)*. São Paulo: Brasiliense. 1973.

³⁷ALONSO, Angela. *Op. Cit.*, p. 6-8.

³⁸BOMFIM, Manoel. *Op. Cit.* p. 55-99.

Longe de se atentarem a questões completamente inéditas do final do império e da primeira república (1889-1930), as teorias científicas procuravam compreender quais eram as possibilidades de desenvolvimento de uma sociedade, explicar como ela funciona e traçar um método para acelerar este desenvolvimento. A preocupação com a necessidade de se modernizar e trazer desenvolvimento ao país diante de um aparente atraso, quando comparado com as nações europeias, animava a intelectualidade da época a necessidade de entender o país e propor novas ações³⁹. Esta reflexão parecia se apresentar na maioria dos ensaios escritos no Brasil através de um ideal de “civilização integrada”, na tentativa de entender a formação e composição social e encontrar seu lugar neste mundo cosmopolita⁴⁰.

Esta ciência era percebida como uma possibilidade de se compreender objetivamente o mundo. Portanto, com muitas variações que devem ser estudadas de forma pormenorizada em cada autor, havia certos ideais mais ou menos compartilhados. Característico de uma realidade onde a ciência se apresentava como forma de dominar o mundo natural, como os diversos experimentos, objetos domésticos, periódicos e livros⁴¹, esta mesma parece se apresentar possível nas ciências do espírito. Nestes ensaios, os Estados e demais instituições aparecem como aqueles que devem adotar estes diagnósticos e ministrar as possíveis soluções apresentadas. A realidade se apresenta complexa e como parte do ideal de ação, muitos destes homens ocuparam cargos públicos e viveram no esforço de, através da burocracia, seus trabalhos na imprensa e editoras, tentar implementar suas soluções ou persuadir através das suas argumentações aqueles que compunham seus espaços de sociabilidade.

Como exemplo Luís Pereira Barreto, através da filosofia de Comte, *diagnosticou* um atraso como Bomfim. Através da mesma terminologia médica que o nosso autor utilizou, Barreto criou *receitas* para a saúde do *corpo* social. A nova elite letrada que se formava e aos poucos adquiriam empregos como burocratas do Estado se opunha aos

39 TURIN, Rodrigo. *Narrar o passado, projetar o futuro: Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista*. Dissertação de mestrado em história. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005, P. 25-39.

40 BOTELHO, A. Passado e futuro das interpretações do país. *Tempo Social* (USP. Impresso), v. 22, p. 47-66, 2010.

41 VERGARA, Moema de Resende. *Op. Cit.* 176.

bacharéis do estado monárquico. Em sua maioria, tiveram formação científica e técnica, como médicos, engenheiros e militares e, muitas vezes, algum tipo de ligação com a nova aristocracia cafeicultora, como foi o caso de Barreto. Para este autor o Brasil estava no estado metafísico, ou seja, entre o estado teológico e positivo estipulado por Comte. A moral cristã e aquilo que foi categorizado no período como romantismo, estavam entre os motivos dos entraves do país onde apenas um despertar de consciência poderia levar o Brasil ao progresso. Assim como Bomfim, Barreto aborda a ideia de “tomada de consciência” e organizadora dos seus argumentos. Não sei exatamente se compartilham a quem deveriam “despertar”⁴² (para Bomfim seria toda a população⁴³), mas os meios são os mesmos: a educação, no sentido de formação intelectual.⁴⁴

Da mesma forma, a ideia de defasagem ou atraso, a busca pelo progresso espelhado no ideal civilizador, além dos projetos para acelerar o projeto, estão entre as possíveis problemáticas compartilhadas por estes dois autores. Porém, é necessário deixar claro que este esforço de aproximação entre eles se encontra aqui para tentarmos evidenciar quais eram os possíveis pontos em comum apresentados, nos espaços letrados do período e quais não. Sendo assim concluo esta análise apontando que Bomfim era um grande crítico do positivismo. Iremos desenvolver melhor esta crítica em outro momento, mas por ora basta dizer que Bomfim não acreditava no seu método para alcançar a objetividade, seu projeto civilizatório e na sua divisão da história nas três fases que culminavam necessariamente um desenvolvimento linear.⁴⁵

“Raça”, “nacionalidades”, “civilização”, a sociedade funcionando como um organismo, a discussão das possíveis causas dos problemas brasileiros chamada de “degeneração”⁴⁶, são apontamentos que estão entre as problemáticas desenvolvidas de

42 Me parece que para Barreto seria a aristocracia econômica e letrada dirigente do país e seus descendentes, mas não sei se esta é exatamente uma questão que ele desenvolve em seu trabalho.

43 BOMFIM, Manoel. *Op. Cit.*, p. 355-356.

44 ALONSO, Angela. *Op. Cit.*, p. 6-8

45 BOMFIM, Manoel. *Op. Cit.*, p. 70.

46 TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro*. São Paulo: Companhia editora nacional. 1978, p. 20.

alguma forma em comum por Bomfim e Torres. Em “*O problema nacional brasileiro*” (1878) de Alberto Torres, encontramos pontos importantes de congruência. Antes de tudo o autor diz não estar atrelado a uma filosofia ou corrente científica. Pretende cooperar cientificamente, através da análise dos fatos, da sociedade, da história e da realidade geográfica do país. É necessário também formar consciência através da formação, da educação enquanto escolhas pessoais que o “homem de letras” faz para si. Segundo Torres:

“Formar consciência não significava, para mim, encher a memória com alguns milhares dos milhões de conceitos e verdades, em circulação nas ciências, nas letras e nas políticas; não significava também, atar o discernimento ao poste de um sistema; mas, ao em vez de atropelar o espírito com formulas, dilatá-lo e abri-lo, largamente, à franca iluminação da percepção, da análise e da síntese”.⁴⁷

Isto evidencia outro aspecto nas possibilidades em torno das questões das ideias científicas compartilhadas: o método. Este poderia estar atrelado a uma teoria e suas variáveis como em Barreto. Mas aqui, tanto quanto em Bomfim⁴⁸, vemos a necessidade de manter a análise acima de todas as perspectivas teóricas, com o intuito de evitar o direcionamento unilateral. Enquanto “homem de ciências”, não se atentar para os limites do método pode comprometer a análise e a síntese. Neste aspecto, a crítica também se dá em outra ideia em comum entre os dois autores. Para ele, “importar” uma teoria e método também poderia comprometer o trabalho, ao mesmo tempo em que dá a ele um contorno “falso” de ciência.⁴⁹ O desenvolvimento de uma ciência científica legitimada na comunidade científica, não dá a ele um caráter incontornável.

Há aqui certa desconfiança com uma teoria criada em outro espaço, para outro povo e por outro povo. Primeiro: por que ela aparenta a tentativa de legitimação daquele povo específico como líder do ideal civilizatório. Segundo: por que outro aspecto possível na experiência de tempo do período (que seria uma das definições de historicismo) é que ela foi produzida para explicar certas especificidades do seu objeto, e seu esforço generalizante não pode dar conta de outras realidades. Não que não possa

⁴⁷TORRES, Alberto. *Op. Cit.*, p. 17.

⁴⁸BOMFIM, Manoel. *Op. Cit.*, p. 64.

⁴⁹TORRES, Alberto. *Op. Cit.*, p. 144-145.

ser utilizado como ponto de partida a questões já que todos estes autores aparentam compartilhar muitas destas leituras. O que está em jogo seria a crítica ao conhecimento produzido, quando intrinsecamente atrelado a uma perspectiva.

Entra aqui outra crítica encontrada entre estes autores. Para eles a análise de um povo através do conceito de raça não é um evidencia científica, mas uma teoria que busca na composição étnica a explicação dos processos históricos (referencia aos dois). As “conquistas” e problemas, encontrados nas historiografias a respeito dos diversos povos, são para Torres problemas históricos, sociais, políticos e geográficos⁵⁰. Para Bomfim são problemas históricos e historiográficos: há menos problemas e mais conquistas no passado brasileiro, cabe aos historiadores evidenciá-los. No trabalho de Torres é argumentado que os cientistas europeus pesquisaram sobre as potencialidades de suas raças, e não investigaram da mesma forma aquelas que compunham outra nacionalidade. A conclusão destes argumentos que encontramos nestes dois trabalhos é a de que, boa parte da ciência produzida no período estava mais atrelada aos interesses de legitimação da formação dos estados nacionais europeus, às suas soberanias, do que ao conhecimento objetivo. Na se atentar a isto gerava, entre outros, dois sérios problemas. Em primeiro lugar, ao adotar estes conhecimentos científicos como verdadeiros, *a priori*, gerava imediatamente a ideia de que os brasileiros (e todos os povos mestiços ou que não estariam nos altos pontos da hierarquia) eram degenerados e estavam fadados ao desastre, criando um total sentimento de desmotivação. Em segundo, desviava a atenção aos verdadeiros problemas, os de ordem política, social, históricos, entre outros.

“Desmotivação” e “ânimo” são outras categorias que encontramos, em comum, nestes autores e quando nos informam sobre a ciência do período. Mais do que uma produção de conhecimento objetivo, os objetos da ciência estavam sempre ligados a uma escolha da moral, da paixão. Tornava-se então claro: se as ciências europeias (inclusive as do espírito) estavam intrinsecamente ligadas a esta moral, que dava a seus povos um ânimo, ou uma pragmática motivadora, aspectos biológicos e históricos que os legitimavam e, pelo próprio ideal moral de mantê-los hierarquicamente superiores, não teriam a mesma perspicácia científica aos outros povos, nos deveríamos fazê-lo. Me parece claro para estes dois autores, a ideia de que a investigação científica trás sérias

⁵⁰TORRES, Alberto. *Op. Cit.*, p. 30.

consequências à mentalidade e à moral, quando se voltam ao estudo do que é humano. Ela não poderia ser apenas objetiva e dificilmente desapaixonada, mas, mesmo que fossem, poderiam causar tais angústias. Portanto, era necessário trazer a consciência de forma problemática e matizada o que esta ciência oferece, e se responsabilizar pelas consequências geradas com o impacto da produção científica.

De certa forma podemos apontar em *Os Sertões* (1902), de Euclides da Cunha, certo cuidado com as respostas científicas. Sem discordar de diferenças raciais ou de que mestiçagens possuem características comportamentais, o autor argumenta que variáveis múltiplas impedem determinar, através apenas da raça, o que o brasileiro é a respeito das suas “capacidades étnicas”. Euclides da Cunha continua dizendo que, existem influências étnicas no que tange o comportamento humano, mas “elas foram entre nós levadas ao exagero, determinando a irrupção de uma meia-ciência difundida num extravagar de fantasias, sobre ousadas, estereis”. É possível perceber que, o autor entende que há um “excesso de subjetivismo” sobre “coisas tão sérias”. As possibilidades do comportamento humano poderiam ser cientificamente por questões menos voláteis através dos “materiais objetivos oferecidos pelas circunstâncias mesológica e histórica”⁵¹ em uma posição, ao menos *a priori*, baseada nos estudos de Spencer. O meio e a história seriam melhores determinantes das capacidades humanas, e tanto esta influencia como tais capacidades poderiam ser investigadas na história.

Encontramos aqui as categorias “raça”, “clima”, “etnia”, “progresso”, “civilização” e um papel a história similar à que encontramos em Torres e Bomfim: ela contém as evidências das potencialidades do brasileiro. Há, também, a crítica à utilização das conjecturas que advém dos estudos étnicos, porém não é possível determinar uma conclusão objetiva por estas teorias e métodos. Aborda-se aqui a necessidade de ser cauteloso com as escolhas teórico-metodológicas deste objeto, já que os resultados procuram informar quem o brasileiro é e pode ser. Impreciso ou não, ele pode gerar uma opinião na sociedade a respeito dela mesma, portanto estas questões parecem se preocupar também, com a opinião pública que podem gerar.

Em sua argumentação sobre a necessidade da escravidão ser institucionalmente abolida, Joaquim Nabuco utiliza a linguagem científica do período. Em “*O abolicionista*”, a ideia de *raça* é usada para diferenciar grupos étnicos, mas ao mesmo

51 CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Três. 1984, p. 32 e 33.

tempo da questão da constituição do brasileiro como mestiço. Estaria a raça negra “ligada por infinitas relações orgânicas à nossa constituição, parte integrante do povo brasileiro” e não é uma “raça inferior”⁵². A opinião pública aparece aqui como aquela que exprime moralmente que a causa abolicionista “está ganha”, mas é necessário reconhecê-la perante os “órgãos concretos da opinião”. Entre aqueles que detêm tal importância na opinião pública está os que representam a ciência, e entre os órgãos (o que me parece tratar das instituições) estão os “corpos científicos”. Entre os discursos compartilhados está aqui, novamente, a responsabilidade moral que os que representam a ciência e o conhecimento científico detêm⁵³. Mais uma vez, é uma das variáveis que são acionadas para convocar e legitimar um projeto de ação social. Mais a frente o mesmo se repete ao informar que o maior de todos os “homens de ciência” estudou o Brasil e desaprovou a escravidão: Charles Darwin⁵⁴. Isto mostra mais uma vez o prestígio do trabalho do naturalista.

O ideal de *civilização* em Oliveira Viana é chamado a ser defendido acima ao de liberdade. Em “*Populações meridionais do Brasil*” (1920) a centralização é defendida em favor do *progresso*⁵⁵, e a ciência histórica aqui é apresentada como um esforço de “reconstituição, tanto quanto possível, rigorosa e exata”. A história oferece subsídios para alcançar certa objetividade, a qual pode ser usada para compreender e agir na “*evolução*” da sociedade. Porém são necessárias ciências auxiliares da “exegese histórica” para se atingir “um rigor que ela não poderia ter, se se mantivesse adstrita ao campo da pura exegese documentária”. Estas seriam a antropogeografia de Retzel, a antroposociologia de Gobineau, Lapouge e Ammon, a psicofisiologia dos “Ribots, dos Sergi, dos Langes, dos James”. Ainda faz referência aqui à psicologia coletiva e à fisiologia que, somadas com as ciências anteriores, “dão aos mais obscuros textos históricos uma claridade meridiana”⁵⁶. Encontra-se em seu trabalho os principais autores que fundamentaram as teses raciais, os quais Bomfim iria refutar. Estas teses

52NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003, p. 39.

53NABUCO, Joaquim. *Op. Cit.*, p. 55.

54NABUCO, Joaquim. *Op. Cit.*, p. 196.

55VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p. 23.

aparecem em Vianna como determinantes daquelas capacidades étnicas, cujas quais Euclides da Cunha tratou como múltiplas demais para serem entendidas como exatas. O *Habitat* é outro determinante das funcionalidades humanas. Para este ensaísta, as identidades brasileiras e os homens que a compõem, ao serem bem delimitadas pela sua análise, se encontrariam em uma espécie de desordem que apenas o Estado poderia dar coesão.

Também para Silvio Romero, através da ciência já era possível delimitar a constituição étnica dos brasileiros e suas potencialidades: delimita duas regiões no país, a norte e a sul. Podemos encontrar estas suas ideias nos ensaios “*O Alemanismo no sul do Brasil*” e “*A imigração e o futuro da raça portuguesa no Brasil*”. Se definindo como um darwinista social examinava o Brasil como um composto das três raças sendo elas o índio, o branco e o negro⁵⁷. O êxito econômico e político europeu eram vistos por ele como o prevailecimento do homem branco nestas sociedades, já que este possuía as maiores capacidades civilizacionais. Portanto, o sul brasileiro era visto por Romero como mais “civilizado”, devido ao maior “branqueamento”, mas era necessário nacionalizar o “alemanismo” do sul, pois este poderia atentar a fragmentação do Brasil, assim, o mesmo processo de inserção do elemento branco deveria ser feito no restante do país. De qualquer forma não seria possível alcançar o mesmo nível de civilização dos europeus⁵⁸, já que a objetividade, das concepções científicas racialistas, parece ter sido entendida por ele, como um conhecimento irrefutável. Nenhum outro projeto pareceu ser coerente a Romero, a não ser propor agir na composição étnica.

Ao investigarmos estas problemáticas compartilhadas, a ciência parece possuir uma grande legitimidade, como uma das possibilidades de compreensão e ação do mundo do homem, em sociedade e natural. Porém no trabalho de alguns destes autores também é possível, entre as múltiplas variedades de abordagens e argumentações sobre

56VIANNA, Oliveira. Op. Cit., p. 51-52.

57CASTILHO, Mariana Moreno. *O desejo da mímica e a consolidação da emergência de branquear e educar concebida por Silvio Romero*. Esboços, revista do programa de pós-graduação em História da UFSC, Florianópolis, n. 12-13, Jan. de 2005, p. 165-169.

58CASTILHO, Mariana Moreno. Op. Cit. p.171-172.

estes problemas, verificar a tentativa de matizar algumas destas concepções científicas. Tentaremos sintetizar melhor esta hipótese.

Durante o nosso recorte, o entusiasmo científico estava instaurado entre os letrados brasileiros em momentos de transformações ou, ainda, da expectativa de que eles ocorressem. Isto se deu no final da década de 1880, com o fim da monarquia e iniciada a primeira república, e ao final da década de 1920, com certo desgaste com o regime que parecia não ter cumprido às expectativas.⁵⁹ A ciência era uma possível forma de se orientar em um mundo que se apresentava múltiplo, em uma experiência de tempo moderna, onde tanta diversidade parecia tornar fluido demais o intuito de se firmar verdades e valores.⁶⁰ Parecia oferecer subsídios para interpretar a nação, o que significava também entender sua composição biológica, interpretar a história e criar projetos de ação social. Porém, muitas das perspectivas baseadas nas teorias científicas que abordamos, quando transpostas as realidades sociais múltiplas, aparentam, entre alguns destes autores, reduzir a existência social a uma série de limites determinados pelos estudos biológicos⁶¹. Portanto buscar a compreensão “do que” e “de quem é” este povo muitas vezes rendeu diagnósticos nada promissores ao futuro, ao “campo de expectativas” dos países classificados à margem.

As teorias raciais, desenvolvidas, ao hierarquizar as populações globais, determinavam aos países da América do Sul, entre outros, um problema de difícil ou de nenhuma solução. Ao fim desta escala se encontravam os países, em que sua composição étnica era caracterizada como mestiça, traço característico do Brasil. É uma temática delicada e que envolve a ideia de que o mundo, tanto natural quanto social, poderia ser compreendido pela ciência através de exatidões. Do mesmo modo,

⁵⁹ Não quero dizer aqui que esta era a única atitude para com o regime no final da década de 1920. O próprio Manoel Bomfim acreditava na eficácia de um governo republicano. Pensava que a partir de uma conscientização da população feita pela educação, o Estado poderia ser reestruturado. Muitos projetos e interpretações existiam para o país. Pensar que uma possível decepção com o regime (ao tomara opinião pública) apenas poderia ter gerado o fim da primeira república em 1930 parece ser uma análise um tanto quanto teleológica.

⁶⁰ RÜSEN, Jörn. *Op. Cit.* p. 76.

⁶¹ A fisiologia, anatomia, etnologia, psicologia, geografia e a antropologia em geral, ou seja, as ciências que, entre demais investigações, buscavam determinar o comportamento humano e hierarquiza-lo.

suas respostas poderiam objetivamente inferir no mundo social. Esta perspectiva, um tanto quanto “salvacionista” da ciência, teria gerado uma “mal estar” entre os letrados: como atingir aquele ideal de civilização, o progresso já que o Brasil parece estar condenado, à marginalização em relação às outras nações que se constituíam? Nossas instituições, política, cultura, e sociedade estão condenadas a um fracasso, miséria ou degradação devido a nossa “*evolução*” social, nosso clima, geografia e composição étnica?

Para alguns ensaístas, como Alberto Torres, Euclides da Cunha e Manoel Bomfim, é justamente a história (enquanto as ações dos homens no tempo), que parece comprovar que as teorias, métodos, questões e respostas apresentadas por esta ciência não poderiam possuir tanta objetividade a respeito do mundo humano⁶² e, portanto, também não podem oferecer respostas tão precisas à investigação do mundo social, menos ainda respostas que apontassem necessariamente a finalidades desastrosas. Era possível encontrar na história as evidências de que as potencialidades destes povos mestiços estão além do que as aparentes objetividades destas ciências determinavam.

Parece-me que aqui divergem dois dos possíveis papéis da história científica neste período. Uma ciência investigativa que pode ser apresentada como aquela que possui uma objetividade mais hermética e rígida, e outra que tenta demonstrar que investigar cientificamente o que envolve a existência do ser humano em sociedade, não pode possuir tal objetividade extremada e muito menos determinar com exatidão suas capacidades e potencialidades. A primeira concepção de objetividade parece ser mais frequentemente apresentada nos argumentos de Nabuco, Vianna e Romero. Em Torres, Cunha e Bomfim, acredito que esta segunda perspectiva pode oferecer uma melhor compreensão a muitas destas problemáticas compartilhadas no trabalho destes autores e da experiência de tempo, que acreditamos terem compartilhado no recorte que traçamos.

Não quero dizer que este segundo grupo de autores abandona a concepção de objetividade, apenas aparentam acreditar que a realidade humana é múltipla e complexa demais para determinar com tamanha precisão. É possível sim, compreender o que tange o homem através da ciência e do esforço em sintetizar, criar hipóteses e tentar

⁶²Em oposição ao mundo da natureza.

comprová-las e, entre muitos autores, como foi demonstrado, até mesmo por adaptações das teorias que originalmente foram desenvolvidas para compreender o mundo natural. Todavia, nos ensaios lidos destes três autores, é apresentada uma necessidade de investigar de forma diferenciada daquela praticada nas ciências naturais. Ou seja, para alguns letrados, o excesso de objetividade começa a aparentar limitar a realidade humana que, na existência temporal, aparenta ser muito mais complexa, múltipla e potencializada. Há aqui uma crítica sobre rigor que a comunidade científica acredita possuir.

Nos dois trabalhos abordados, de Euclides da Cunha e de Alberto Torres, é possível apontar uma perspectiva que “afrouxa” a exatidão dos métodos e teorias científicas⁶³: a escolha entre um deles significa deixar de considerar outras perspectivas, o que equivale a apresentar respostas que não esgotam nenhum problema. Se uma resposta “frouxa” for encarada como exata no momento de utilizá-la na criação de projetos de transformação social, ou para compreender aquilo que envolve a realidade humana, ela pode determinar tentar caracterizar uma falácia como verdade incontornável e gerar consequências sérias. Nestes autores a maior delas parece ser a ideia de que alguns povos são, de forma atávica, degenerados.

A história aparece aqui como orientadora no processo de “denúncia” contra os excessos da ciência. Acredito que este é um dos seus possíveis papéis nas décadas finais do século XIX e início do século XX brasileiro, e iremos investigar mais a frente de forma mais pormenorizada este papel em um dos ensaios de Bomfim de 1930. Dados os limites deste trabalho, ao menos no livro *“O Brasil na História”*, iremos tentar verificar aquilo que parece ir de encontro a nossa hipótese: sua perspectiva científica, além do balanço e crítica historiográfica. Na obra do nosso autor, os historiadores são chamados a entender a sua responsabilidade ao escrever história em um tempo, onde manter veladas as potencialidades de um povo, considerado limitado por aquela ciência prestigiada, na escrita da história, pode ter consequências drásticas.

Como Manoel Bomfim era educador, estudante de psicologia e tinha claro interesse pela infância, me parece que estas consequências estariam, primeiramente, ligadas à formação de uma moral e mentalidade depreciativa generalizada, conectada à identidade nacional, ao passado e tradição delimitados por esta historiografia que ele

⁶³Nas mesmas páginas já citadas dos respectivos trabalhos destes autores.

critica. Se a historiografia apenas apresentasse um passado desastroso, este aspecto psicológico genérico, ao se manter abalado e desmotivado, poderia ser um agente estagnador daquele “ideal civilizador”. Era preciso melhor compreender o que constituía o passado atribuído ao brasileiro e, ao desvelar sua história, demonstrar as potencialidades da nossa composição étnica, que compartilha este espaço plural. Deste modo, para Bomfim, seria possível legitimar e melhor compreender, diante daquele mundo vasto e da historicidade do período, a América Latina, o Brasil na América e na história, além do Brasil enquanto nação.

Possíveis problemáticas compartilhadas: A abordagem de Manoel Bomfim em *O Brasil na História* (1930)

Em 1899, Bomfim escreveu o parecer sobre “*O compendio de História da América*”(1900) de Rocha Pombo, livro que, por mais de duas décadas foi adotado pela Escola Normal, foi publicado como prefácio da mesma, onde ele apresentou, talvez pela primeira vez, muitas das suas reflexões que tinham comotemáticas as teorias raciais. Segundo algumas passagens do livro de Pombo, a escravidão e o tráfico negreiro teria moralizado as

“raças africanas”, retirando-as da “regressão” e do “atraso”⁶⁴. Em seu parecer, Bomfim criticou o argumento de Pombo, apontando que tais ideias acabavam por justificar a escravidão e o colonialismo. Escreveu em suas críticas que tais atos são injustificáveis, e além de “egoístas” e “retrógrados” são “um ataque à ordem social” o que nos gerou “dificuldades sociais e econômicas que muito nos custarão a resolver”⁶⁵. Talvez tenham sido estas suas primeiras reflexões sobre as problemáticas, que envolvem as teorias científicas na primeira república. Categorias como “raça”, “evolução”, “civilização” e a linguagem científica típica do período, estão por todo seu trabalho. Vamos tentar compreender melhor em sua obra, e principalmente em “*O Brasil na História*”, as perspectivas de Bomfim a respeito desta cientificidade.

Segundo a ciência racialista, demonstrada aqui como altamente difundida, as possibilidades do futuro de um país mestiço seriam quase que necessariamente desastrosas⁶⁶. Para Bomfim o “cruzamento” dos povos no Brasil propiciou plasticidade e adaptabilidade⁶⁷, assim, o embasamento teórico de Bomfim para refutar tais ideias possivelmente se desenvolveu quando, patrocinado pelo governo brasileiro, foi em 1902 à Sorbonne (Paris), estudar psicologia experimental com Alfred Binet e George Dumas, entrando em contato com os livros de autores como Waitz, Martin de Moussy, Quatrefegues e Bagehot⁶⁸. Portava-se contra as teorias de que as diferenciações raciais limitavam e delimitavam o comportamento humano, além de defender que as capacidades étnicas explicavam o desenvolvimento econômico, cultural e político. Portanto, para Bomfim, me parece que existiam sim raças, mas elas não podiam explicar o “*progresso*”. Para ele, esta racionalidade se tornava evidente quando se analisava os perfis de comportamento, e as ações do povo Brasileiro na história desde quando seu passado estava “embaraçado” ao português⁶⁹.

64 POMBO, Rocha. *Compêndio de história da América*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1900, p. 94-98.

65 POMBO, Rocha. *Op. Cit.*: p. 25.

66 GONTIJO, Rebeca. Manoel Bomfim: "pensador da história" na Primeira República. *Rev. Bras. Hist.* [online], vol.23, n.45, 2003, p. 6-7.

67 BOMFIM, Manoel. *Op. Cit.*: p. 245.

68 AGUIAR, Ronaldo Conde. *Op. Cit.*, p. 301.

Interessante notar sua provocação ao historiador, que não se atentaria às consequências morais de sua escrita.

Desenvolve tal argumentação através de uma crítica historiográfica e documental. A *degradação* da sociedade se apresenta em “*O Brasil na história*” como derivada de um sistema político, que beneficia uma pequena parcela aristocrática do país e mantém a maior parte da população na ignorância, por sua conta. Também seria um motivo histórico. O Estado português não via a colônia como sua extensão, mas, segundo Bomfim, como um “úbere” que oferece nutrientes, ou seja, uma colônia a conferir riquezas⁷⁰. Isto teria gerado um governo que, desde então, não criava ações voltadas para a população. Não se trata de uma continuidade originária que corrompeu para sempre o Estado Brasileiro, mas desde então nenhuma ação direcionada aos problemas políticos teria dado conta de solucionar suficientemente tais problemas, inclusive a República. Bomfim tenta demonstrar que os problemas brasileiros não são causados por incapacidades étnicas, pela defasagem histórica apontada pelo positivismo ou por questões evolutivas e deterministas, mas por problemas políticos e sociais. E para eles os letrados, incluindo os historiadores, tem a “missão” de apontar estes problemas, propor soluções e agir na sua vida pública.

O médico sergipano desenvolveu, em seu livro “*A América Latina*” (1905), a tese de que tais teorias serviam a um sentimento de tentativa legitimadora da dominação de países sobre outros. Em suas palavras, o debate sobre as raças é um “sofisma abjeto do egoísmo humano, hipocritamente mascarado de ciência barata” utilizada pelos “etnólogos das nações saltadoras⁷¹”. Ao publicá-lo iniciou-se uma polêmica onde Silvio Romero escreveu vinte e cinco artigos na revista carioca “*Os Anais*”⁷², criticando a obra de Bomfim como contrária as “teorias cientificamente provadas” dos “venerados pensadores” Gustave Le Bon e Gobineau. Defendia, ainda, haver no Brasil, embasado pelas hipóteses de tais autores, uma degeneração

⁶⁹Não devemos esquecer que Bomfim era médico e estudou psicologia. Podemos notar em seu livro a importância das mentalidades, sentimentos e identidades que acredita se massificarem e guiarem grupos como agentes da transformação.

⁷⁰BOMFIM, Manoel. *Op. Cit.*: p. 117.

⁷¹BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993. p. 243.

⁷²Em 1906 tais artigos foram reunidos e publicados. ROMERO, Sílvio. *A América Latina: análise do livro de igual título do Dr. M. Bomfim*. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão Editores. 1906.

causada pela miscigenação.⁷³ Nosso autor escreveu em 1914 o ensaio “*Darwin e os conquistadores*”⁷⁴, onde defende não haver aplicação na espécie humana da tese sobre a seleção natural de Darwin, da forma como teria sido apropriada por outros autores, como o alemão Von Bernhardl. Este autor, ao defender o arianismo em seu livro *Deutschland Von Bernhardl*, propõe a conquista dos povos “inferiores” pelos germânicos através, se necessário, do morticínio. Considerava natural tal processo por julgar fazer parte da “seleção natural”⁷⁵. Segundo Bomfim:

“Foi Darwin o primeiro a romper com a clássica filosofia inglesa, que vem desde Bacon, Hobbes, Locke, Adam Smith até Stuart Mill, Spencer, e que formula como base da moral o utilitarismo. Para ele, a base da moral é o pendor natural - o instinto altruístico – que leva o homem a procurar a companhia, e a interessar-se por eles, fora de qualquer cálculo, ou de motivos egoísticos”⁷⁶“.

É importante dizer que em “*O Brasil na História*” (1930) e em “*O Brasil Nação*” (1931),o autor aponta que além da instrução pública, seria necessária uma modificação das estruturas governamentais, que desde o império mantiveram uma tradição que desmonta reivindicações populares (seja atendendo parcialmente ou pela força militar), mantém a população analfabeta, além de beneficiar somente o grupo político e econômico dirigente⁷⁷. Deste modo para o autor, o desenvolvimento, seja econômico, social, político ou de outra ordem, são capacidades latentes de qualquer nação.Quando a investigação histórica revela que as potencialidades estão para além daquilo que a mentalidade moderna científica acreditava determinar, será possível despertar a um entusiasmo geral nas consciências. Dessa forma

“É preciso considerar um tal valor, [o do passado português e brasileiro] para critério capaz de desprezar os conceitos que, em falsas induções *climáticas*, ou nas conclusões de uma – *sociologia para brancos*, nos dão com essencialmente indolentes, de acção restricta e morna, incapazes das superioridades dolicocephalas e norte-euras. São deformações theoricas (...)”

73O grifo é de Aguiar. AGUIAR, Ronaldo Conde. *Op. Cit.*: p. 235.

74Obra inacabada e, aparentemente, nunca publicada.

75O ensaio de Bomfim sobre Darwin e o livro de Von Bernhardl e do que tais textos abordam tratam se da leitura de Ronaldo Conde Aguiar em seu livro. AGUIAR, Ronaldo Conde. *Op. Cit.*: p. 326-327.

76BOMFIM, Manoel. *Op. Cit.*: p. 249-250.

77BOMFIM, Manoel. *Op. Cit.*, p. 227 e 459-470.

Taes despautérios constituem as ultimas falsificações de criterio, no sentido de diminuir, ou, mesmo, desclassificar os povos hoje decahidos, em favor dos dominadores do momento, e que se atribuem, por isso, superioridades essenciais.”⁷⁸

Na pagina seguinte à citação acima, o médico conclui: “dolycocephalia e aryanismo: pulhices que se desmentem na própria história”. Ainda continua dizendo em nota que Mommesen, aquele que apresenta como modelo de historiador, sendo “aryano” e “dolycocephalo”, atribuiu às nações “arameanas”, à ciência e ao “verdadeiro surto de civilização”. Para Bomfim, como a ciência possui grande legitimidade e prestígio nesta experiência de tempo, parece que, ao menos na comunidade letrada e na opinião pública que consome algum tipo de ciência⁷⁹ ou informação midiática, corria o risco de gerar uma conformidade nas mentalidades sobre suas capacidades como agentes de transformação. Portanto, se faz necessário estar atento às possibilidades de conexão entre a ciência e os discursos políticos, propaganda ou sentimento de identidade nacional. Ainda, torna-se essencial compreender que, nesta temporalidade, a ciência esta atrelada a manutenção do sentimento de pertencimento ligado às nações que se constituíam da soberania, e também como um meio de concorrer com outras identidades, dentro daquela concepção de ideal civilizacional. A historiografia, para ele, poderia atribuir papel similar.⁸⁰

O processo de formação das sociedades complexas aqui deve muito a característica dicotômica das tradições em se transformaram, de acordo com o contato de umas com as outras, e ao mesmo tempo, em um esforço de busca por identidade genuína. Por isso mesmo, critica a rigidez do positivismo e a obra de Comte, que seria “incompatível com a maleabilidade da vida, pois toda essa obra é armada em generalizações preconcebidas”⁸¹, e que, por sua vez, pouco corresponderia com a realidade humana. A divisão nesta filosofia, em “raças afetivas” e “não afetivas”, era estranha e hostil a nossa tradição. Em nota, Bomfim escreve que o que Comte propõe como progresso na verdade não possui lógica, já que

⁷⁸BOMFIM, Manoel. *Op. Cit.* P. 52.

⁷⁹Seja na formação profissional, intelectual ou dos utensílios do cotidiano elaborados pela técnica científica.

⁸⁰BOMFIM, Manoel. *Op. Cit.* P. 50-51.

⁸¹O que, ao evocar o plano infinitamente possível da vida, soa quase que fenomenológico. Bomfim, Manoel. *Op. Cit.*: p. 64.

determina uma fase final a humanidade, um limite de desenvolvimento. Para Manoel Bomfim, ideias como estas nos impedem de usufruir de novas potencialidades, além de serem possíveis deturpadores da nossa tradição⁸². O positivismo, que se acreditava desapaixonado e metódico, ironicamente determinava uma cientificidade que elegia as tradições arianas como caracterizadas pela superioridade de valores, além de contribuições históricas, de forma que deturpavam, subjugavam e incapacitavam as tradições e contribuições dos povos conhecidos por latinos americanos, africanos e asiáticos⁸³. Cabe aqui a crítica que Bomfim faz ao mau uso da erudição científica, a fim de utilizá-la de forma não criteriosa, ou seja, de forma a não matizar algumas certezas metódicas que se apresentam como verdadeiras e, por isso, acabam por sonegar a multiplicidade e plasticidade da vida, além de admitir a própria incapacidade totalizante da ciência que possibilitaria que as mais variadas conjecturas e falácias se tornassem aparentemente legítimas. Este processo de mau uso da erudição é exemplificado na obra de Bomfim, dentre outros exemplos, na sua crítica a apropriação desmedida das teorias de Darwin.

O fascínio pela obra de Darwin, em “*O Brasil na história*”, e em toda a sua obra é evidente. Segundo Celso Noboru Uebori, o impacto que a obra de Darwin gerou na intelectualidade da época foi imenso, muitas vezes controverso, e até mesmo, equivocado. A teoria do autor a respeito da luta pela sobrevivência trouxe, basicamente, dois pontos de vista: no primeiro, os grupos (espécies) se digladiam entre si na sobrevivência do mais forte. Já no segundo, eles prevalecem no momento em que passam a se relacionar por mutualismos e viver em comunidades harmônicas. Para o primeiro conceito, as raças puras justificavam uma especialização melhor, enquanto que para o segundo, as mestiçagens garantiam as melhores qualidades diversas nas gerações futuras. Darwin discordava claramente da apropriação e transposição de suas teses à interpretação social⁸⁴. Bomfim discordava seriamente de tais interpretações racialistas (sendo, segundo Aguiar, um dos principais pontos do contra discurso que o relegou a certa marginalização da sua obra⁸⁵), alegando estar inscrito o contrário em nossa história e tradição: como um país impotente poderia, ainda enquanto colônia e com

82BOMFIM, Manoel. *Op. Cit.* P. 69-70.

83 BOMFIM, Manoel. *Op. Cit.* P. 49-55.

84UEBORI, Celso Noboru. Darwin por Manuel Bomfim, In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 28, nº 56, p. 327-348. 2008, p. 232-336.

quase que nenhum apoio lusitano, se defender das invasões francesas, holandesas e inglesas, ou seja, das maiores potências mundiais, e ainda defender-se e expandir fronteiras a oeste?

Possibilidades sobre a escrita da história em *O Brasil na História*

Um paralelo sobre aspectos da história científica alemã do início do século XIX e o pensamento histórico de Bomfim

Gostaria de tratar aqui sobre apontamentos que poderiam nos dar algumas referências para melhor compreender a crítica historiográfica e a compreensão de história, em relação à obra *O Brasil na História*. Alguns dos aspectos que constituíram a história como uma disciplina científica na Alemanha, durante a primeira metade do século XIX, parecem influir em parte da formação do pensamento histórico de Manoel Bomfim. São muitas as referências a historiografia alemã deste período no texto de Bomfim. Na análise do livro em questão nota-se⁸⁶ a leitura de dois autores ligados a este momento em particular, Theodor Mommsen (1817-1920) e Wilhelm Von Humboldt (1767-1835). É possível que o tratamento dado à história, principalmente pelo primeiro historiador, tenha influenciado as perspectivas e compreensões

⁸⁵Concordamos com Aguiar que, com a polêmica envolvendo Silvio Romero em sua crítica ao livro *A América Latina* (1905) e o argumento de Bomfim contra a influente corrente científicista do período que defendia metodologias objetivas, a existência de raças, o progresso pela educação e outros paradigmas, o seu livro de 1905 pode ter sido mal recebido entre alguns letrados. Porém a polêmica muitas vezes pode ser o veículo para o destaque. O próprio Aguiar informa através de citações nas páginas 317 e 318 do seu livro *O rebelde esquecido* (2000) que a imprensa teria feito comentários elogiosos, apesar das ressalvas. O mesmo se dá a respeito da trilogia *O Brasil na América* (1929), *O Brasil na História* (1930) e *O Brasil Nação* (1931) da página 481 a 496, inclusive na imprensa Argentina. Talvez, como desenvolve Aguiar, a crítica bomfiniana aos movimentos militaristas de 1930 em *O Brasil Nação* (1931), o militarismo em geral por toda a sua obra além de críticas a esquerda e direita política do período poderiam ter impedido novas edições de sua obra, no entanto é necessária uma investigação mais aprofundada para comprovar esta tese. AGUIAR, Ronaldo Conde. *Op. Cit.*

⁸⁶Através das citações, argumentos, referencia a nova historiografia alemã a respeito das fontes da antiguidade, inclusive no tratamento documental dado aos autores clássicos e a leitura dos mesmos, evidenciada em *O Brasil na História* (1931).

de Manuel Bonfim. Iremos à elas. Porém gostaria de apontar também a importância de outros dois autores referenciados em suas páginas: Friedrich Schiller (1759-1805) e Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832). Mais frequentemente conhecidos por estarem ligados ao chamado romantismo alemão⁸⁷, estes autores também são referenciados em passagens que tratam da síntese interpretativa da história e valorização das tradições⁸⁸. Porém são pontuais as poucas citações e argumentações que se referem a seus trabalhos, ou as perspectivas características das suas “correntes” interpretativas.

Bonfim também leu historiadores de outras nacionalidades, como os ingleses Carlyle e Southey e os franceses Hippolyte Taine (1828-1893) e Augustin Thierry (1795-1856), porém não são abordados como referências que orientaram a sua compreensão⁸⁹. De todos estes autores e outros citados, aquele que aparece persistentemente no texto é sem dúvida Mommsen. Apenas o mapeamento do número de vezes em que seu nome é citado, poderia nos fornecer uma formidável quantificação. Sem dúvida, no que compõe a erudição no livro de Bonfim, é possível apontar a leitura de uma quantidade diversa de historiadores. Porém, acredito que ao ler a obra analisada, a influência dos autores que constituíram a ciência histórica alemã se torna evidente, principalmente em seu início, onde são colocadas as principais escolhas teóricas e metodológicas. De qualquer forma, outros apontamentos a respeito das possíveis influências teóricas e metodológicas na formação intelectual de Bonfim podem ser investigados. A questão posta aqui é, especificamente, colocar em paralelo algumas considerações sobre as características do pensamento desta experiência alemã, e que podem clarear a nossa compreensão sobre o entendimento de Bonfim a respeito da história e da historiografia.

Segundo o historiador Pascal Payen, após a derrota das tropas prussianas em Outubro de 1806 o exército de Napoleão pode entrar em Berlim. Isto fez com que se perdesse a

⁸⁷Não compreendemos aqui esta corrente como anterior ou que a história científica tenha sido superposta a este pensamento. Possuem sua própria historicidade e experiência de tempo, mas as tensões que envolveram duas concepções na Alemanha do final do século XVIII e primeira metade do XIX parecem demonstrar que compartilharam certos aspectos de sua temporalidade. De qualquer forma, para além de matizar a comum dualidade que se faz entre “escolas” ou “correntes” e os trabalhos dos autores que parecem representá-las, esta discussão não faz parte das nossas questões.

⁸⁸BENTIVOGLIO, Julio. A Historische Zeitschrift e a historiografia alemã do século XIX. *História da historiografia*. Ouro Preto. N.º 6, Março de 2011, p. 81-101.

⁸⁹Menos ainda Taine, que foi uma referência do positivismo e racismo francês.

universidade prussiana e a de Halle. Começou uma imediata recuperação das universidades, liderada pelos seus letrados que, simultaneamente, ocupavam altos cargos no estado. Segundo o autor, este fenómeno era comum na Alemanha, mas principalmente na Prússia. Não queremos sugerir aqui que, este era necessariamente o motivo que levou Bomfim a apontar em seu livro ser necessário que o homem de letras se engajasse trabalhando em cargos públicos e tomasse frente na conscientização, impossibilitando a dominação por outras nações. Era sim uma prática compartilhada por muitos dos letrados da primeira república e, portanto, é uma experiência diversa que possui sua própria historicidade. Porém, durante todo o texto, o autor demonstra possuir conhecimento e admiração sobre o posicionamento político dos intelectuais prussianos.

Mas o que de fato é importante aqui é a compreensão de história. Mommesen foi membro do parlamento prussiano e da academia de ciências da Prússia. Sem dúvida Bomfim conhecia bem o trabalho e a atuação do historiador, além de claramente o admirar⁹⁰. Foi um importante historiador da antiguidade clássica, além de muitas das suas concepções historiográficas e científicas possuem similitude com algumas perspectivas de Bomfim. Para além das similitudes, Bomfim faz citações ao trabalho deste autor em vários argumentos sobre suas concepções teóricas e metodológicas, além de algumas das muitas passagens em “*O Brasil na história*”, obra em que a história romana e grega se faz presente⁹¹. Os autores que se reuniam frente à história científica alemã deste período, se organizavam contra o particularismo e utilitarismo (considerado características da cultura francesa, a qual Bomfim era crítico⁹²) em favor da universalidade. Esta seria o esforço em compreender a história através de uma racionalidade ordenadora do passado e um conhecimento pensante do presente, contra uma história pragmática e factual.

Tratava-se de um dos fundamentos da “*Bildung* – formação no sentido da educação e da cultura – (...) definia-se, em reação à cultura francesa, como uma capacidade para *ser* e não somente para *poder* e para *ter*”⁹³. Para estes historiadores, e mais importante para nós, em

90BOMFIM, Manoel. *Op. Cit.*, p. 38.

91BOMFIM, Manoel. *Op. Cit.*, p. 34.

92BOMFIM, Manoel. *Op. Cit.*, p. 55-68.

93PAYEN, Pascal. *Op. Cit.*, p. 112-113.

Mommesen, o estudo da antiguidade era representado na historiografia como importante para compreender os problemas políticos do presente, retornando à concepção sobre o engajamento da intelectualidade alemã do início do XIX. Nesta historiografia está inscrito os problemas políticos que se colocaram desde a invasão napoleônica, possibilitando o historiador realizar um grande trabalho documental, publicando edições críticas de fontes literárias. As fontes da antiguidade eram tratadas pela crítica documental dessa forma a autoridade, inclusive a dos historiadores clássicos, não era tomada como inquestionável. Na historiografia científica do período estava implícita a questão referente à formação dos Estados modernos e da constituição da nação, sendo existente um esforço claro em contribuir com o mundo moderno⁹⁴. Estas questões, apontadas sobre o início da constituição da história científica na Alemanha, são fundamentais em muito do que tange a argumentação de Manoel Bomfim em na obra analisada. Aqui cabe demonstrarmos algumas destas questões no texto de Bomfim. As referências à Mommesen que consideramos mais importantes serão explicitadas mais a frente. Também, apenas com as considerações feitas até aqui, acredito que será possível evidenciá-las quando tratarmos especificamente do projeto historiográfico e da compreensão de história em nossa fonte.

Uma passagem que pode exemplificar o esforço de dar uma ordem racional à história e que se situa contra o particularismo é a conclusão sobre a interpretação da independência: “Para alcançar o verdadeiro sentido da nossa história, com os esmorecimentos da nacionalidade, que se notam na hora da *independência*, é indispensável fazer a interpretação brasileira – das chamadas *lutas nacionalistas*, de um século antes”. Mais à frente, na mesma página temos o esforço em dar caráter universal à reflexão anterior: “(...) como o nacionalismo não depende dos seus conceitos, [dos historiadores] e existe como necessidade geral na realidade dos povos, elles vieram consignar as mesmas lutas”.⁹⁵ A respeito da intrínseca discussão sobre a formação dos Estados modernos e da nacionalidade no trabalho do nosso autor: “este facto dá tom especial à formação do Brazil, (ser marcado pela ruralidade napolítica) e a distingue da generalidade das nações modernas, cuja vida política é o desenvolvimento da actividade urbana – burguezia com a sua victoria sobre a aristocracia territorial”⁹⁶. A preocupação em

94PAYEN, Pascal. *Op. Cit.*, p. 104.

95BOMFIM, Manoel. *Op. Cit.*, p. 384-385.

96BOMFIM, Manoel. *Op. Cit.*, p. 448.

investigar o passado tendo em vista o presente, principalmente em suas questões políticas, é constante. Já na conclusão de seu livro, intitulada como “perspectivas”, Bomfim escreve que “a emancipação nacional como a fizemos da caráter a toda a nossa deplorável história política, como origem que é das mais constantes e profundas misérias nacionaes”.⁹⁷

A respeito do posicionamento da crítica documental e da autoridade iremos sistematizá-la no texto que se segue. Poderíamos saturar estas páginas com os exemplos que podem colocar a intelectualidade pertencente à fundação da história científica na Alemanha e a da primeira república brasileira, em paralelo. Reconhecemos que são duas experiências de tempo diferenciadas, porém a atenção que Bomfim claramente teve à este período da historiografia alemã nos aponta possíveis influências e algumas referências que acredito poder clarear as análises que faremos a seguir.

A compreensão de história e o projeto historiográfico

Através das notas de rodapé explicativas, definições de conceitos, citações e críticas aos estudos de autores, muitos deles extremamente difundidos e compartilhados nas décadas estudadas, como alguns dos que já citamos aqui, é possível compreender melhor a erudição do autor e das principais discussões da intelectualidade ocidental no período. Questões importantes que se tornavam indissociáveis as experiências do nosso recorte compõe as páginas do livro que estamos tratando. Entre elas estão os métodos, a objetividade, a cientificidade, o darwinismo, o positivismo, a sociedade, a tradição, a história, a identidade, a

⁹⁷BOMFIM, Manoel. *Op. Cit.*, p. 523.

nação, o racismo, as hierarquizações e as posições políticas. O que tentaremos investigar aqui serão os possíveis significados da história e suas apropriações, além de como ela deve ser escrita segundo Bomfim. Estas questões que giram em torno das compreensões de história são privilegiadas em “O Brasil na história”. Neste texto podemos encontrar as principais tensões que envolvem este tema no final do século XIX e início do XX no Brasil. Em seus ensaios Bomfim procurou, entre muitas outras questões, interpretar as causas políticas, sociais, culturais e históricas daquilo que até então, em contraste com a Europa e outros países da América, era admitido como um dos maiores (senão o maior!) problema do Brasil: o seu atraso nos mais variados setores. Para além da pretensão de procurar sistematizar a história e a cronologia do país, o autor procura interpretar a história brasileira e fazer um balanço historiográfico crítico.

Acredito que a investigação a respeito do trabalho de Manuel Bomfim, e mais especificamente do livro o “*Brazil na História*”, em suas primeiras edições, possibilite compreender melhor a contribuição do autor no que tange a crítica historiográfica na primeira república. Não apenas a escrita da história, mas as possíveis semânticas de *tempo*, *experiência*, *tradição*, *identidade*, *civilização*, *progresso*, *evolução*, *mentalidades*, e a própria história estão entre as muitas noções que nos permitem investigar esta temporalidade. Como destacou a historiadora Rebeca Gontijo:

“Enfocando a atividade crítica da historiografia — expressa, principalmente, no livro *O Brasil na História* —, é possível recuperar sua reflexão sobre a história, onde estão presentes observações sobre como a história deveria ser escrita, que não se referem unicamente à narrativa historiográfica, mas que também tocam em questões metodológicas referentes à relação entre objetividade e subjetividade no trabalho do historiador⁹⁸.”

Escrever história neste período, para Bomfim, significava estar intrinsecamente ligado à uma obrigação moral (a despeito da tomada ou não de consciência ou de enfrentar este problema) na tarefa de legitimar identidades e promover o *progresso* frente ao *ideal civilizatório*. Significava também legitimar a soberania de uma nacionalidade, frente a outros povos. Para dar conta desta tarefa era necessário nacionalizar a escrita da história, pois não se

98GONTIJO, Rebeca. *Op. Cit.*, p. 129-154.

podia esperar que um historiador de outra nação, que não compartilhasse alguns aspectos da identidade, possuísse necessariamente este mesmo ideal moral e legitimador em vista, mesmo que escrevesse para brasileiros. Inclusive, um dos métodos da modernidade de, como dizia Bomfim, “historiar”, adotados pelos historiadores brasileiros patrocinados pela monarquia mostrava que nem mesmo o sentimento de pertencimento da mesma nação poderia despertar, necessariamente, este ideal.

Seu intuito era investigar o ofício do historiador e, ao realizar este procedimento, convocar os próprios historiadores a fazer o mesmo. Como já foi demonstrado, escrever história para Bomfim significava se atrelar a uma grande responsabilidade já que, como demonstrado, uma das perspectivas da ciência do período delimitava o que nosso autor chamava de “degradação” ligada à composição étnica brasileira e suas capacidades. Para Bomfim, o historiador deveria estar consciente que as consequências de reificar tais argumentos poderiam ter um impacto desmoralizante e desmotivador na sociedade da do período. Era necessário, portanto, desvelar a nossa verdadeira “tradição” e “potencialidades”⁹⁹. As paixões nacionais, aquilo que compõe uma espécie de caráter e sentimentos compartilhados pelos indivíduos, as afinidades de uma sociedade, seriam aqui uma importante dimensão para o trabalho intelectual do historiador. Não se trata, de forma alguma, propor um fechamento da sociedade brasileira ao mundo dentro de suas “qualidades”, mas ao contrário, propunha ser necessário servir-se do que é brasileiro e, deste modo, contribuir para o que ele mesmo chamava de um momento cosmopolita da civilização, ou melhor, ao ideal civilizacional que norteou parte das nossas investigações. Afinal, a respeito da tradição, também era possível “fecundá-la no contato de outros povos”.¹⁰⁰

Para Manoel Bomfim, escrever história era, inevitavelmente, se envolver na formação moral dos seus leitores e, possivelmente, inferir em uma mentalidade compartilhada. Não era possível obter uma objetividade a despeito disto. Ou seja, qualquer que fosse o conceito de objetividade daquele que estuda as ciências do espírito e como ele acredita estar objetivamente escrevendo seu trabalho, necessariamente estará fazendo parte da formação de leitores. Através do desvelamento de tradições que evidenciassem as potencialidades do brasileiro no passado foram múltiplas, seria possível criar tal consciência aos leitores. A

99BOMFIM, Manoel. *Op. Cit.*, p. 265.

100BOMFIM, Manoel. *Op. Cit.*, p. 56.

história evidenciaria que o brasileiro não é um degradado ou que suas capacidades não serão determinadas pela sua composição étnica. Era preciso compreender as motivações, as “vocações” da nação e, dessa forma, incentivar e trazer ânimo para as identidades e as mentalidades, estimulando assim o desenvolvimento social, e conseqüentemente o político e econômico. Uma possível condição de verdade, para Bomfim, poderia estar ligada ao desvelamento das multiplicidades, daquilo que as constituiu e dos processos que para ele desvelam as potencialidades daqueles que compõe o Brasil. Este esforço, portanto, possuía um objetivo claro, era preciso legitimar a soberania de países considerados mestiços dando maior respaldo a participação da América latina ao ideal de “civilização integrada”, característico do final do século XIX e início do século XX¹⁰¹.

Em sua obra, Bomfim preocupou-se em estudar e analisar uma importante parte da bibliografia de cunho histórico e sociológico a respeito do país de até então. No trabalho eleito como nossa fonte, o autor faz referências às perspectivas historiográficas de autores como Varhagen, Southey, Frei Vicente do Salvador, Silva Guimarães, Euclides da Cunha, Oliveira Lima, Claudio Manoel da Costa, Paulo Prado, Capistrano de Abreu, Armitage e Rocha Pitta, como já mencionado no capítulo anterior. No entanto, sua análise não se foca apenas neste tipo de literatura, possuindo clara preocupação quanto à análise documental. É possível encontrar em “*O Brazil na História*”, citações à variados documentos administrativos, cartas, experiências de viajantes em algumas localidades do Brasil e textos que compõe suas fontes. Um dos aspectos da sua crítica se dá quanto às escolhas¹⁰² dos historiadores, que acabam por comprometer o resultado final do seu ofício. Sendo assim, analisa o trabalho de alguns destes autores citando quais documentos, ao comporem seus textos, acabariam por desvelar outras possibilidades e conclusões sobre os processos históricos.

Podemos verificar esta crítica quando escreve a respeito do argumento, encontrado nos trabalhos de Sarmiento e Garcia Calderon, de que a “atividade sertanista” dos Paulistas era criminosa, violenta, impune e que seus esforços eram somente para “captivar índios e caçar

101 ARANTES, Paulo Eduardo. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira. Dialética e dualidade segundo Antônio Candido e Roberto Schwarz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1992, P. 22-25.

102 Metodológicas, teóricas, que envolvem o interesse do patrocinador do historiador ou mesmo omissão ligada as suas concepções ideológicas.

minas”.¹⁰³ Segundo Bomfim, estes autores se utilizaram apenas das fontes escritas dos jesuítas e não tiveram o discernimento de que poderia haver outras documentações, que matizavam as informações ali contidas. Também seria necessário considerar que, atrelados à valorização da tradição a qual pertenciam estes autores, poderiam reafirmar estas “injúrias” contra os paulistas por considerar que eles teriam, no desbravamento do oeste da América do Sul, tomado terras consideradas castelhanas pelo tratado de Tordesilhas. Porém, no seu balanceamento da historiografia nacional, Bomfim aponta ter encontrado, muitas vezes, o mesmo estereótipo.

Os sertanistas deveriam ser reconhecidos também como aqueles que expandiram as terras brasileiras, e aponta que um documento da Câmara de São Paulo, datado de 1627, avisava ao governo metropolitano sobre o aumento de suas posses através dos sertanejos paulistas¹⁰⁴. Aponta mais afrente que “a observação de um Silva Guimarães” ou “Muratori” não possuíam “sinceridade histórica”, apesar de serem “escrutadores de arquivos”. Muratori teria escrito que “admitte-se, ali [São Paulo], a escoria de todas as nações” e que “aspiram levar uma vida impunemente licenciada”, já que eram independentes e a capitania não os governava. Contra esta conjectura, Bomfim aponta, em uma carta dirigida ao rei datada de 1613 e escrita por letrados dizendo representar alguns grupos de paulistas, queixumes que os “governadores geraes em outra cousa não entendem nem estudam sinão como nos hão de esfolar, destruir e afrontar. Nisto gastam o seu tempo, elles não nos vêm nos governar e reger, nem aumentar a terra que o Sr. Martim Affonso ganhou”¹⁰⁵.

Interessante notar que nosso autor escolhe não conferir atualizações ortográficas às fontes consultadas, mantendo sua grafia original. Neste exemplo há o apontamento em relação ao uso arbitrário das fontes, além de sua utilização sem o emprego da crítica ao não procurar confrontar as informações de um documento, com as possibilidades diversas que outro pode conter. Nas notas de rodapés das páginas citadas aqui, encontram-se reflexões e referências à livros, porém, da mesma forma que, me parece, podemos encontrar na escrita de outros autores contemporâneos a Bomfim¹⁰⁶, não há referencia ao local onde se encontram os documentos que utiliza. Como característica da própria historicidade da obra, o autor

103BOMFIM, Manoel. *Op. Cit.*, p. 104 a 108.

104BOMFIM, Manoel. *Op. Cit.*, p. 106.

105BOMFIM, Manoel. *Op. Cit.*, p. 107.

preocupa-se com a possibilidade de verificar sua pesquisa informando o ano, qual o gênero do documento (carta, ofício, etc.), a quem é atribuído e em qual local foi escrito.

Quando trata das informações contidas em livros nos informa como verificá-las em rodapé, como no exemplo: “Carta de Cromwell, transcripta por Carlyle, na obra dedicada ao mesmo grande homem, sob o numero XXXL”.¹⁰⁷ Outro exemplo é quando, concordando com Euclides da Cunha, Bomfim escreve em nota que, “todo aquelle sertão, em torno de Canudos” possui nas “designações topográficas”, remanescentes de várias etnias indígenas. Como fonte, cita o autor do artigo que leu, a revista, o tomo e a página, além de citar as páginas de “*Os sertões*”, nos possibilitando assim verificar suas informações e conclusões. Portanto, a partir destes rápidos exemplos, dentre muitos outros que poderíamos informar, pode-se evidenciar certa preocupação com a possibilidade do leitor em verificar como trilhou sua investigação, utilizando-a com caráter de prova documental a respeito daquilo que informa ou argumenta. Nestas mesmas páginas, Bomfim inclusive critica a falta de referência das obras utilizadas em textos que teria lido.¹⁰⁸ Muito a frente ainda aponta que as documentações, consideradas indiscretas ao governo, podem ser destruídas por iniciativa do governo estatal, o que deve ser levado em consideração para melhor compreender processos históricos.

Se descrevendo como “historiógrafo”, Bomfim escreve: “estas páginas, nutridas e inspiradas na história, não são, todavia, para systematização histórica dos sucessos. Esses ocorrem, aqui, como documentação, explicação, comentário... Nestas condições, a mesma ordem de acontecimentos, a mesma crise histórica, si tem importância justificativa, será invocada duas, trez vezes”.¹⁰⁹ Nesta passagem, aponta claramente uma característica do gênero ensaístico do período, a repetição. Aqui há a tentativa de explorar a argumentação em suas diversas possibilidades, mesmo que isto envolva retornar diversas vezes há um mesmo ponto. O esforço é em evidenciar que existem outras possibilidades históricas, que devem ser investigadas. Para ele muitas dessas possibilidades não são apresentadas, por acreditar que

¹⁰⁶Sobre como a referência e a possibilidade de verificação das informações contidas nos documentos em outros autores na primeira república e o tratamento documental em geral, é necessária maior investigação a qual, neste presente trabalho, não foi uma questão que procuramos nos envolver.

¹⁰⁷BOMFIM, Manoel. *Op. Cit.*, p. 102.

¹⁰⁸BOMFIM, Manoel. *Op. Cit.*, p. 217.

¹⁰⁹BOMFIM, Manoel. *Op. Cit.*, p. 265.

alguns historiadores já teriam esgotado o problema e oferecido respostas permanentes. Isto ocorreria por excesso de prestígio e autoridade dada ao trabalho de alguns historiadores, como o de Varnaghem. Portanto em seu trabalho enfrenta o problema da crítica à autoridade e a necessidade de verificar, não tomar de antemão o que pode estar contido na historiografia.

Para Bomfim, autores como Varnaghem, Moreira Azevedo e Fernandes Pinheiro, estariam à favor de um governo monárquico, num esforço de manutenção de privilégio de poucos aristocratas remanescentes da corte portuguesa bragantina. A identidade e tradição teriam sido formadas através do território brasileiro, frente a outras nações. Teriam, ainda, tido uma configuração que caracterizou a primeira formatação de uma nação autêntica. Esta autenticidade teria sido mantida até a transferência da central administrativa da coroa para o Brasil.¹¹⁰ A mobilização entre as diversas capitanias, além do desbravamento ao oeste e ao sul, garantiram não apenas a defesa, mas o aumento e a unidade territorial. A historiografia, porém, teria ignorado este processo. Ao dirigir sua obra a criticar o Brasil, adotar modelos de interpretação “importados”, defender a monarquia e apontar o atraso nacional em uma atitude desmotivadora, Varnaghem estaria deturpando a tradição do país. Segundo este historiador “a unidade do Brasil foi resultado da independência com a monarquia bragantina, e que, autônoma, a nação se desencadeou em desordens e facções, finalmente dominadas pela força orgânica da política monarchica.”¹¹¹.

Através da documentação analisada, Bomfim demonstra que as rebeliões posteriores à independência, e boa parte das anteriores ao império, não tinham nenhum interesse separatista, mas sim reivindicavam algumas melhorias ou indignações diversas.¹¹² Aqui começa a sua crítica de Bomfim em relação à autoridade deste autor e ao seu trabalho como historiador. Demonstra que suas investigações estavam atreladas ao seu serviço à monarquia: seria o “systematizador desta história – para o império e contra o Brasil”.¹¹³ De forma contrária, o autor inglês Southey possuiria mais rigor, mesmo sendo um estrangeiro, já que em

110BOMFIM, Manoel. *Op. Cit.*, p.435.

111BOMFIM, Manoel. *Op. Cit.*, p. 110.

112BOMFIM, Manoel. *Op. Cit.*, p. 71-85.

113BOMFIM, Manoel. *Op. Cit.*, p. 111.

suas investigações demonstrou o papel fundamental da população na formação brasileira.¹¹⁴A historiografia monárquica procurava, segundo Bomfim, em tudo *nutrir* a existência do seu regime. Sendo assim, as rebeliões eram categorizadas pejorativamente como “*insurreição*” ou “*conjuração*” por Varnagem.

Em Bomfim,a historiografia nacionalizada do império fundava seus princípios na legitimação do poder político imperial e por isso, era necessário matizar suas informações. Neste processo, a história oficial acabava por sonegar a existências de outros historiadores que não possuíam tais filiações, como o próprio Southey e o frei Vicente do Salvador. O livro deste último teria sido finalizado em 1627, mas não pôde ser publicado. A tarefa foi conferida a seu amigo português, Manoel Severim de Faria, que, acredita Bomfim, apesar de ter reconhecido o valor do Trabalho de frei Vicente, achou melhor apenas arquivar duas cópias na Torre do Tombo. Através também da mesma hipótese de Capistrano de Abreu¹¹⁵ e das características críticas ao Estado português do texto de Frei Vicente, Bomfim acreditava que sua publicação foi impossibilitada pelas autoridades portuguesas. Segundo Frei Vicente do Salvador, a metrópole, tida como excessivamente exploradora, se importava apenas em colher “suas rendas e direitos”, e o as “cousas públicas” se encontravam em abandono. Além disto, Bomfim acreditava que a produção literária do Frei, por conduzir sua “*História do Brazil*” com um “amor á terra natal”, poderia gerar um sentimento nacionalizante à colônia, e posteriormente ao império, o que poderia ser um atentado àquilo que o regime, de até então, chamava de instabilidade política.¹¹⁶

O livro teria tido uma publicação oficial do Governo (não menciona quando),faltando partes que atentavam contra sua administração, segundo o prefácio de Capistrano de Abreu. Aqui voltamos ao ideal de autoridade. Bomfim confere a Frei Vicente uma maior respeitabilidade, pois, segundo o próprio Frei, escrevia sua história sem motivos para não tratar do que pensava já que a faz “sem receber mercê alguma, porque os serviços do Brazil raramente se pagam”.¹¹⁷Por este motivo o trabalho deste autor seria mais verossímil. Segundo Capistrano, Varnagem teria tido uma cópia do manuscrito de Frei Vicente de Salvador, e

114BOMFIM, Manoel. *Op. Cit.*, p. 80-127.

115O escritor do prefacio da edição do livro do Frei Vicente que Bomfim tinha em mãos.

116BOMFIM, Manoel. *Op. Cit.*, p. 111-119.

nunca a trouxe a público¹¹⁸. Ainda, de acordo com Bomfim, Capistrano acredita que Varnaghem utilizou de tais manuscritos como fontes, assim como outros “documentos que não especifica e não são conhecidos”. Dessa forma, Bomfim faz apontamentos, novamente, à respeito da necessidade de compreender, diante do trabalho de um historiador, como exerceu e orientou seu ofício. Em relação à crítica da historiografia monárquica, Bomfim critica a compreensão da história do período:

“Para elles, (historiadores da monarquia) desde a *História Geral do Brasil*, o verdadeiro mérito esta na quantidade de erudição com que encharcam as paginas (...) para symbolo da nulidade irritante, inane de ideias, mirrada de expressão (...) (Varnaghem) teria valido como escarafunchador de arquivos... Esse mesmo valor, elle o perdeu, no apossar-se da história – para torna-la cousa sua, e fazel-a nos interesses da sua fôfa ambição. Historiador – grande historiador, não tinha, nem a capacidade reconstrutora de Mommesem, nem o poder evocador de Thierry, ou a sciencia estilizada de Taine, ou um tom humano Michilet e Gibson.”¹¹⁹

Através deste trecho, e dos autores que Bomfim aponta, podemos entender melhor sua compreensão de como a historiografia deve apresentar seu conteúdo. Os autores citados se esforçam em dar síntese e investigar, através de racionalidades que interligam os processos os quais investigam. Scholtz nos apresenta um quadro sobre a história científica do século XIX e início do século XX, onde há uma tensão sobre como seria possível produzir conhecimento histórico. Me parece que esta tensão, envolvendo a investigação do nosso objeto, neste momento com ressalva ao excesso de simplificação, se resume da seguinte forma: Há uma vertente historiográfica, mais ou menos delimitada, que acredita em criar uma história científica e objetiva com significado de se abster das “paixões”, julgamentos e interpretações. Como não era possível conhecer o passado em sua interessa a historiografia deveria se prender ao que poderia afirmar com certeza. Isto poderia explicar uma das possíveis razões

117 Bomfim cita a página onde se encontram estas informações no livro de Frei Vicente do Salvador, porem aqui não conseguiu recuperar a edição que ele utiliza.

118 Em nota Bomfim explica como, por um acaso, isto se deu. BOMFIM, Manoel. *Op. Cit.* p. 119.

119 BOMFIM, Manoel. *Op. Cit.*, p. 121-122.

que teriam dado início ao esforço de objetivar as capacidades comportamentais do homem baseado no conceito de raça, como já nos detivemos. Esta tendência poderia significar a “limitação da pesquisa histórica a coleta e estabelecimento de dados históricos, ou seja: positivismo e objetivismo históricos”.¹²⁰

Acredito que é contra tal vertente que Manoel Bomfim orienta sua crítica historiográfica, portanto podemos compreender que, ao contrário do que esta possível vertente historiográfica, objetivista e relativista do período, pode entender como conhecimento histórico, em “*O Brasil na Historia*”: 1) A história possui um papel moralizador intrínseco na sociedade, enquanto memória e tradição de um grupo identitário em formação. 2) Portanto, negar abordar isto na historiografia era inconsequente já que, de forma inevitável, a história escrita alimenta estas memórias e tradições, além de orientar o presente. 3) Encarar este processo não era deixar de ser objetivo, mas o contrário, já que se tratava de uma parte inseparável do ofício. 4) Tal objetividade é inconcebível, já que qualquer motivação que leve alguém a escrever história trataria de uma “paixão” pessoal mas de alguma compartilhada por alguma identidade. 5) Se fosse possível, esta objetividade seria estéril e inútil.

Isto não significa, evidentemente, estar além da sua experiência de tempo. Equivale, na verdade, a um de seus possíveis desdobramentos. Como tentei apontar, esta seria uma das tensões que compõe as possibilidades da historicidade do nosso recorte, como o próprio Scholtz nos esclarece. Tentar superar os objetivismos e relativismos, herdados do século XIX, se torna tarefa que se insere nos trabalhos de muitos historiadores e outros pesquisadores das “ciências do espírito”, no começo do século XX.¹²¹ Para além de se portarem como “historiógrafos”, os historiadores e a intelectualidade em geral teriam que possuir o dever moral de desvelar a tradição, assim, sendo assim agentes de potencialização das possibilidades nacionais e, como consequência, do progresso. Como a história, enquanto experiências do passado e expectativas para o futuro, não coincide necessariamente com a escrita da história, aquele que a escreve deve se atentar a tais expectativas, que podem influir na mentalidade social¹²². Esta historiografia oficial do império teria tido um efeito desmotivador na identidade nacional, principalmente daqueles que as leram e permitiram

120SCHOLTZ, Gunter. *Op. Cit.*, p.43.

121 SCHOLTZ, Gunter. *Op. Cit.*, p.42-43.

122BOMFIM, Manoel. *Op. Cit.*, p. 109-111.

incluir a opinião internacional, ao pensar no Brasil como um país de desordeiros e degenerados.

Toda história estaria atrelada de alguma forma a algum sentimento de pertencimento. Enquanto a historiografia nacionalizada do império não procurava intuir algum valor à história brasileira, as historiografias a outras nações apresentavam esta preocupação de forma clara. Não trazer a consciência que a historiografia pode ter um impacto incentivador ou desmotivador nas mentalidades ou que possui um papel claramente político em outras nações seria uma ingenuidade e uma falha metodológica. Esta falha compunha o problema que dava ao Brasil um papel marginalizado e atrasado frente ao cotejamento de outras nações. Era preciso disponibilizar nossa compreensão à respeito da nossa história, sob o risco de que, se não o fizermos, outras nações criariam seus juízos centralizados no que tangem as suas realidades, (ou na Europa como um todo) podendo soterrar a abrangente diversidade nacional. Em “*O Brasil na história*”, este risco é perceptível, por exemplo, quando Bomfim analisa alguns relatos de viajantes franceses ao Brasil e conclui que vieram confirmar suas “fantasias” ao invés investirem na compreensão do real¹²³. O ideal objetivo, enquanto modelo de imparcialidade total, não é metodologicamente possível. Sobre este método, conclui Bomfim citando Schiller: “quem ‘quer escrever, limita-se a escolher os que exerceram uma influência essencial sobre a forma presente do mundo e as condições das gerações actualmente vivas’. E ahi está – a escolha, que é tudo”.¹²⁴

Investigar cientificamente a história, para Bomfim, não equivale, portanto, à uma distância metódica com o objeto estudado, defendida pela cientificidade de sua época, principalmente por autores como Comte e aqueles que engendraram possíveis positivismo¹²⁵. A identificação sentimental não tenderia o escritor a distanciar-se da objetividade, mas ir de encontro com a mesma¹²⁶. Para Bomfim isto parece ocorrer da seguinte forma: já que é inevitável estar orientado de alguma forma a aquilo que diz respeito

123BOMFIM, Manoel. *Op. Cit.*, p. 56-68.

124BOMFIM, Manoel. *Op. Cit.*, p. 42.

125ALONSO, Angela. *Op. Cit.*, p. 11.

126GONTIJO, Rebeca. *Manoel Bomfim: "pensador da história" na Primeira República. Rev. Bras. Hist.* [online]. 2003, vol.23, n.45, p 131-142.

ao pessoal, ou como preferiria nosso autor, às “paixões”, tomar consciência desta orientação, informá-la na escrita e utiliza-la em um esforço de compreensão ¹²⁷, poderia instigar a formulação de questões e “clarear” as investigações de hipóteses. Bomfim cria este ideal de empatia baseando-se em autores citados nas notas de “*O Brasil na História*”, como Kauski, Books Adans, Mommsen e Carlyle. A ele são exemplos de autores que compreenderam o inevitável envolvimento sentimental em suas narrativas e escolhas. Conscientes a respeito do sentimento de pertencimento, característico da formação dos Estados nacionais e sua consolidação, estes autores teriam, de alguma forma, colaborado na valorização das tradições de suas nacionalidades.

A citação que Bomfim faz de Mommsen resume esta sua prática de escrita, onde ele escreve que “não é a razão; é a paixão que faz a história, porque é a paixão que trabalha pelo futuro”, sendo que os grandes “quadros” da civilização humana serviriam como grandes exemplos estimuladores¹²⁸. Apontar este olhar de valorização da história nacional quanto ao mundo, significa também para o nosso autor instigar nas mentalidades a participação do processo de contribuição à evolução de do ideal civilizacional. O sentimento de pertencimento, a busca pela identidade compartilhada entre os indivíduos, os posicionamentos das nacionalidades frente outros povos e a sensação de que todas elas concorrem e compõem uma marcha ao progresso global, são processos que lançam luz à compreensão das tensões e dos possíveis papéis que o conhecimento histórico poderia intuir.

Quando trata da categoria “*tradição*”, e que desenvolve principalmente no primeiro capítulo de “*O Brasil na História*”, Bomfim dialoga em seu aparato erudito com Mommsen, Max Nordau e Kauski. Segundo o desenvolvimento da argumentação sobre o papel da tradição, esta poderia orientar os valores da sociedade moderna ao demonstrar as capacidades dos seus antepassados. Nos termos de Bomfim, estas experiências seriam uma “demonstração de valor ¹²⁹”. O autor analisado apoia tal ideia na concepção de que a história é também o registro da tradição, um argumento que segundo Bomfim, estaria na sua leitura da obra de Kauski. Aqui também se encontraria a ideia da utilidade, da função prática da história:

127No caso do nosso autor, para investigar as potencialidades que demonstram de que o brasileiro foi capaz no passado.

128Grifo feito por Bomfim. BOMFIM, Manoel. *Op. Cit.*, p. 38.

129BOMFIM, Manoel. *Op. Cit.*, p. 37.

através das experiências do passado, enfatizando as potencialidades existentes nas múltiplas identidades de um povo. Por isto seria natural a valorização que a historiografia de uma nação considerada desenvolvida promove. Ao mesmo tempo não seria surpreendente que tal nação se coloque a frente de um processo histórico (considerado um *progresso* de forma econômica, política ou outros tantos) em detrimento de outros povos.

Porém uma exacerbação desta valorização pode acabar por justificar dominações, ou hegemonias, das mais diversas de um povo sobre o outro. Seria esta outra tomada de consciência, necessária por parte dos historiadores segundo Bomfim. Escrever história sobre o “estandarte” de uma nação poderia justificar ou legitimar processos agressivos. Citando Max Nordau¹³⁰, Bomfim escreve que uma historiografia vinculada às nações consideradas em um maior grau civilizacional, pode produzir explicações históricas centralizadas em suas constituições, ignorando a participação de outras tradições, de outras identidades, de outros povos, na formação dos diversos processos de burocratização e racionalização que caracterizam a modernidade. Para Bomfim, o historiador deve matizar na escrita da história, as contribuições das possíveis tradições envolvidas em um “acontecimento”, ou “ganho” no processo civilizatório, se ele se diz procurar a verdade ou se atentar ao objetivo. Deste modo aponta que Hegel teria cometido tal erro, ao abordar que “a Europa é a finalidade incondicionada da História Universal”, o que legava às Américas e à Ásia as condições respectivas de escravas e colônia ¹³¹.

Para o presente autor analisado, a história seria então um “emaranhado” de eventos que devem ser desvelados e interpretados pela razão na busca, dentre outras perspectivas, das tradições que se constituíram frente aos problemas diversos enfrentados no passado brasileiro. A categoria “*tradição*”, para Bomfim, parece significar práticas compartilhadas sobre como agir no plano da vida. Na obra, analisado no presente trabalho, descreve tais práticas quando trata de problemas como o da defesa territorial. No momento onde a corte portuguesa é transferida para o Brasil, uma série de medidas políticas centralizadoras teriam tido início, o que desestruturou tais práticas e criaram novas. O acirramento da política teria desmembrado a estrutura do funcionamento orgânico da colônia de até então, além de ter forçado as tradições a se reconfigurarem. É possível compreender, portanto, que a “*tradição*” não é

¹³⁰Manoel Bomfim cita a página quatro do livro *Le Sens de l'Historie* de Max Nordau. Bomfim, Manoel. *Op. Cit.*: p. 53.

¹³¹O grifo foi feito pelo próprio Bomfim. BOMFIM, Manoel. *Op. Cit.*: p. 54.

entendida aqui como uma prática originária, única representante de uma nacionalidade verdadeira e autêntica ou que corresponderia a essência primordial da identidade de uma nacionalidade.

É definida como um fenômeno que possui historicidade, e suas transformações vão de encontro com a plasticidade de novas experiências a serem compartilhadas pelo coletivo. Porém, para Bomfim, era possível, e necessário, fazer juízo destas tradições múltiplas. É através desta percepção que cria o conceito de deturpação, ou degeneração das tradições. As políticas da corte bragantina, além dos regimes que se instauraram sucessivamente, trouxeram uma nova formatação às tradições que em pouco se assemelhavam para Bomfim. Neste momento, encontra-se aqui uma escolha política para nosso autor. Ele acredita que o Estado, quando se torna centralizador demais acaba por massacrar a população. Por outro lado, o Estado deveria atender esta população, pois a ele, esta seria sua razão de existir. Por isto a historiografia deveria ir de encontro a sua função moral: ela poderia formar, educar, instigar, incentivar e conscientizar. Este ideal, de uma consciência moral da escrita da história possibilitaria, por exemplo, esquivar-se do que ele chamou de “espoliação” e “parasitismo” de nações sobre outras, ou Estados contra seu povo dentro das possibilidades de formação e consciência política que a historiografia poderia fornecer. Nas palavras de Manoel Bomfim:

“A historia seria um luxo perdido, inutil dispêndio de inteligência a que o homem não se entregaria, si não houvera a tradição, com a sua indiscutível utilidade – estímulo e orientação. (...) A realização social se faz, necessariamente, em esforços individuais; mas é na tradição que se definem as possibilidades de harmonia entre o individuo e o conjunto social. Podemos considerá-la, pois, como a própria sociedade em continuação, tanto se condensam nella, as afinidades activas, graças às quaes se mantem e se desenvolve, em cada grupo, a vida social ¹³²”

Esta historiografia “inane de ideias”, factual, cronológica era tratada para Bomfim como inútil, o que não corresponderia a sua compreensão do que é a história enquanto experiências dos homens no tempo. Não me parece que ele a entende como cumulativa, como um “recipiente” de exemplos ou como *historia magistra vitae*. A história é apresentada como um aglomerado de experiências dos grupos, das identidades no tempo, e nela é possível

132BOMFIM, Manoel. *Op. Cit.*, p. 14.

verificar como aqueles homens, ligados às suas práticas, enfrentaram seus problemas, existiram em sua experiência de tempo. Isto se torna claro quando o autor demonstra que as tradições podem ser transformadas por diversos fatores. Revelar tradições anteriores e as considerá-las como nosso passado, podem simplesmente mostrar as potencialidades, o quão longe o homem pode ir ao experimentar seu cotidiano e, possivelmente, segundo Bomfim “estimular” as “potencialidades”: “Desde sempre atenderam os povos as suas glórias históricas; mas, só nos últimos séculos, foi a história considerada como orientadora e estimulante do progresso social. O facto se manifestou com o empenho em fazer a filosofia da história, para della tirar inspirações de progresso – para definir o mesmo progresso, cuja a noção é bem recente”¹³³. Aqui, vale ressaltar, Bomfim usa a noção de filosofia da história como sua compreensão de que é necessário dar uma ordem racionalizada às experiências no tempo, com a intenção de compreender a história. Porém, não acredito que ele compreenda que qualquer filosofia da história possa esgotar a compreensão histórica. Ele mesmo aparenta utilizá-la como “inspirações de progresso”.

Parece que a multiplicidade de compreensões do mundo (historiografias, filosofias, ciências, etc.), faz com que Bomfim não acredite ser possível criar uma ordenação que dê conta da realidade como um todo. Aponta que a noção de filosofia da história possui historicidade, e foi uma necessidade recente nos últimos séculos que trouxe sua fundação. Em seguida, Bomfim aborda que nem os gregos ou os romanos, os quais ainda são consultados em seus estudos filosóficos, políticos e jurídicos, conheceram uma noção de “*progresso*” similar a da modernidade. Segundo o autor: “Porque tal noção teve de ser inferida na própria vida moral, e só muito recentemente chegou a consciência humana a esse grão de intensidade e de profundidade, necessário para realizar a completa análise íntima, que permite reconhecer, em cotejo com os efeitos de outras consciências, as diferenças de grão e de desenvolvimento moral, refletidos na visão interior”. O que me parece aqui é que são separadas duas experiências de tempo, uma moderna e uma anterior a esta. A nova formatação teria se formado quando uma espécie de moral analítica do mundo se tornou uma experiência compartilhada, naturalizada entre a mentalidade, quando cotejada, com outras temporalidades. Esta mentalidade se instaura, segundo o próprio Bomfim, quando as noções de “*estados*”, “*mutações*” e “*evoluções*” passam a fazer parte das mentalidades modernas.

133BOMFIM, Manoel. *Op. Cit.*, p. 21.

A ideia de progresso moderna não teria se instaurado anteriormente porque nenhuma experiência anterior “teve força para abalar a filosofia política e social, que, em Platão e Aristóteles, presume, sempre, estabilidade, em formas definitivas. Só muito tarde, quando prevalecem as concepções da segunda metade do século XVIII, com Lessing, Prestley, Turgot, Goethe... é que a ideia de progresso se tornou noção definitivamente aceita (...)”. Ou seja, na experiência anterior à da modernidade, o mundo era marcado pelo esforço em criar estabilidades, em manter a forma. Na experiência moderna a “longa sucessão de formas e de *estados derivados* toma o valor de um facto próprio: é a evolução”. Segundo Bomfim a compreensão de progresso, como transformação, se estende a toda natureza e universo. Apesar de ser uma noção *a priori* da própria existência física e biológica, em seu trabalho, sobre o que tange a produção humana inclusive a história este conceito é apresentado como derivado de uma experiência histórica.

Esta noção não é encarada aqui como um ganho incontornável, mas um processo histórico, como vimos, historizado. E é justamente por isto que as sociedades modernas ocidentais, se não mantiverem esta prática, esta tradição, podem perder esta característica transformadora progressista. Por isto, novamente a importância da história: “cotejar” as experiências no tempo a fim de “potencializar”, dando “novas energias” ao presente. Esta noção também é naturalizada na modernidade, simultaneamente a outro processo que é intrínseco a ela. Podemos aponta-lo através da seguinte citação: “Ora, se tanto pretende e proclama a filosofia moderna é porque reconhece e proclama a igualdade de natureza moral entre os indivíduos. Foi, essa, a grande descoberta, de que decorre a própria noção de progresso. (...) apesar de todas as desigualdades sociais e de aptidões, há analogia essencial nas almas (...)”¹³⁴. O que acredito que Bomfim quer anunciar aqui é a discussão sobre o direito natural do homem. Se estava naturalizado nas mentalidades modernas que todos possuem os mesmos direitos e por isto podiam ir rumo a “conquista da igualdade entre os homens”, a ideia de que é possível adquirir melhorias converge com a de progresso. E é para apontar a existência histórica das ideias e mentalidades, que Bomfim evoca o processo que trouxe a modernidade a noção de igualdade. Se o direito natural é uma experiência histórica, é necessário investigar na história como ele se formatou para cotejá-lo (palavra utilizada pelo autor) com o presente. Assim podia-se fazer um balanço crítico das possibilidades que o presente estaria apontando ao futuro.

134BOMFIM, Manoel. *Op. Cit.*: p.23.

A Bomfim, este era um exemplo caro a sua concepção de qual pode ser a utilidade da história. O cotejamento desta tradição poderia trazer aquela “potencialização”, de que Bomfim tanto escreve. A ele parece urgente, na sua experiência de tempo, que se faça este balanceamento. Havia o grande risco das novas ciências estabelecerem o contrário, criando uma nova tradição, uma nova mentalidade que determinava atávica diferença entre os homens, e por isto traçava um entrave no progresso. Investigar e matizar esta concepção científica na historiografia, deveria ser uma questão para os historiadores para que se problematizasse uma possível desestruturação do ideal de igualdade entre os homens. Como este ideal possui existência histórica, ele poderia simplesmente se perder se não fosse reificado. Está claro, na obra de Bomfim, a noção de “*processo histórico*” e que, devido à historicidade dos fenômenos históricos, não é possível analisá-los de forma qualitativa. Esta é uma das categorias utilizadas por ele para compreender os fenômenos históricos. Em sua análise de como as ideias¹³⁵ se constituem, a sua abordagem processual e não qualitativa dos fenômenos históricos fica mais clara. A citação a seguir também lançou luz ao seu conceito de “*evolução*”, que me parece ser a simples passagem de um estado ao outro, sem necessariamente um valor qualitativo. Para evitarmos uma longa passagem e podermos compreender a citação basta dizer que Bomfim explicava o processo de generalização nas mentalidades de um fenômeno:

“Tal desenvolvimento evolutivo nos explica porque, além da ideia mesma de progresso, outras ideias (e até métodos) que nos parecem essenciais, só tão tardiamente tenham surgido. (...) Ha, mesmo, perfeita analogia entre o valor dado á noção de *progresso*, e á de *livre arbítrio*. Na realidade objectiva, não há progresso, pois que não poderia haver *melhor* ou *peior* – Há evoluções; mas, conscientes, no orientar e animar os nossos esforços, agimos como se houvera, de facto, progresso, e conduzimos a acção para aquillo que, no subjectivo da espécie, consideramos como *melhor*”¹³⁶.

135 Acredito que aqui poderíamos chamar de *conceitos*, mas são estas as categorias que o autor utiliza: *ideia* ou *noção*.

136 As considerações em parênteses e as categorias em itálico são do próprio autor. BOMFIM, Manoel. *Op. Cit.*: p. 24-25.

Aqui é cabível tratarmos de um outro ponto importante da obra analisada. Como já foi dito, Manoel Bomfim era médico e estudou psicologia em uma viagem feita a França. No texto de “*O Brasil na História*”, percebemos que os indivíduos são agentes de transformação da sua experiência. Porém esta transformação apenas é possível quando estes indivíduos se organizam em grupos “orgânicos”, que compartilham práticas (tradições) e identidades como podemos perceber na citação anterior. Como as transformações, as experiências, as tradições, o progresso e os ideais e ideias, enfim, tudo aquilo que envolve o coletivo se torna generalizado? Como pode perpassar do esforço do indivíduo, a comoção generalizada das mentalidades e finalmente a realização social? Como provavelmente já foi possível perceber, para Bomfim o que permite entender estes processos é a noção de mentalidade coletiva.

A análise, feita por alguns indivíduos. (como os historiadores, artistas, cientistas, e outros grupos) se coloca a frente da opinião pública como representante de uma síntese de determinadas experiências. Estas análises podem adquirir uma grande repercussão entre outros indivíduos, além de responder similarmente às questões postas sobre as experiências de outros homens. Ainda, novamente explicitado nas palavras de Bomfim, ocorre “o cotejo das propriedades congêneres e das atividades análogas, de indivíduo a indivíduo”¹³⁷. Estas consciências seriam “refletidas” umas nas outras, através do cotejamento, do compartilhamento ou das afinidades, ou seja, ao verificar a similitude de análise (ou de uma questão) posta pela experiência, a mentalidade formada passa a ser compartilhada por coletividades e se torna naturalizada. É importante a ideia de naturalização para seus argumentos, pois a mentalidade coletiva parece ter o caráter de que é quase não histórica, ou que não pode ser superada.¹³⁸

É possível observar o papel da mentalidade coletiva na exposição, por exemplo, de um de seus argumentos. Em “*O Brasil na História*” o europeu, influenciado pelo meio natural (no caso da formação do Brasil, um ambiente colonial hostil a ser “desbravado”) somado a elementos da tradição portuguesa e dos indígenas, compôs uma primeira identidade brasileira. De acordo com suas concepções darwinistas (Bomfim deixou um livro inacabado intitulado *A moral de Darwin*), o meio influi de alguma forma no desenvolvimento da história humana,

137 Palavras redigidas em itálico pelo próprio autor. BOMFIM, Manoel. *Op. Cit.*: p.23.

138 BOMFIM, Manoel. *Op. Cit.*: p. 25-31.

mas através das possibilidades geradas na solidariedade entre os agentes sociais. Assim sendo, o homem é agente transformador de seu meio, mas para que esta transformação se efetive é necessário formar a consciência. Apenas o ser social é que define o caráter compartilhado entre os outros homens e, mesmo que a ação de muitos seja espoliada pela ação de poucos, estará sempre fadada à vontade social.

É possível notar tal argumento, por exemplo, na sua interpretação do que teria sido as escolhas dos regimes políticos até então. A aristocracia portuguesa que aqui se manteve, apoiou uma monarquia em prol de seus privilégios, mesmo que as muitas revoltas sociais e a escolha dos representantes sociais por uma república. Porém, o influxo da vontade social teria reprimido o regime até que a sua vontade fosse feita¹³⁹. Dessa forma, a ação social, ou qualquer possibilidade de transformação, são postas em prática pelos homens, mas enquanto suas possibilidades de manifestação na coletividade. O que põe este ser social a agir de forma orgânica, ou a não agir, seria as mentalidades, que se formariam a partir do compartilhamento de experiências. Cabe lembrar o título completo do livro que aqui é colocado como nossa fonte: *O Brasil na história: deturpação das tradições, degradação política*. Se as tradições não forem evidenciadas a fim de potencializar os sujeitos sociais enquanto agentes de transformação, o Estado oligárquico, que seria grande entrave do progresso da sociedade brasileira, dificilmente será reestruturado.

Interessante notar a possibilidade de evidenciar um esforço, cujo intuito seria de acelerar a experiência temporal¹⁴⁰. A discussão sobre a necessidade de elevar o país ao progresso civilizacional e retirá-lo do atraso é exemplar. É na valorização das tradições que seria possível encontrar “substância” que incentivaria os brasileiros a ir ao encontro do progresso¹⁴¹. Se, em comparação com outras nacionalidades o país estava em atraso (técnico, social, educacional, entre outros), a compreensão temporal de Bomfim parece indicar

139BOMFIM, Manoel. *Op. Cit.*: p. 267.

140Refiro-me aqui ao o processo sistematizado na obra de Koselleck, onde as mudanças radicais constantes do presente fizeram com que o homem ocidental que viveu o advento das modificações radicais da modernidade se sentisse estranho a buscar orientação na sua história e tradição e consequentemente voltou a sua atenção para o presente e o futuro. Koselleck, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição a semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC/RJ, 2006.

141BOMFIM, Manoel. *Op. Cit.*: p. 179-193.

ou uma lentidão ou estagnação. Quando analisa a experiência moderna baseada na noção de “progresso”, o referido autor parece apontar para uma aceleração da percepção temporal. Esta experiência é apontada como completamente diferente daquela anterior à modernidade. Estava fundamentada no que Bomfim chamou de “*estabilidade*”, e, portanto uma constante mimetização que pretendia manter a forma. Esta noção de tempo antiga, em Bomfim parece ser o constante retorno à condição considerada ótima, que ele aponta em Aristóteles e Platão, o que, por sua vez, parece trazer uma noção de circularidade. O “*progresso*”, característico da modernidade, ao contrário, aparenta estar em uma constata aceleração, porém não em forma linear, avançando inevitavelmente ao melhor.

Como mencionado anteriormente, a própria noção de “*evolução*” do autor significa simplesmente passagem de uma forma a outra, se abstendo de uma noção que valoriza estas experiências, a fim de hierarquizá-las. Também o conceito de “*processo*”, se mostrou intrínseco a sua investigação. Tudo que gravita o homem possui historicidade e pode assumir os mais diferenciados *estados*. As experiências no tempo podem oferecer heranças, ressignificações através de cotejos ou esforços de síntese, mas não possuem causas e consequências diretas. O esforço em melhor compreender o significado destas categorias em “*O Brazil na História*” nos permite evidenciar uma experiência de tempo, complexa e emaranhada, que por sua vez, torna-se ainda mais complexo retomarmos. Por exemplo, à conclusão sobre uma das utilidades da história e que, para ele, deveriam estar evidentes na historiografia¹⁴². Se o discurso contido no trabalho do historiador pode estar entre aqueles que influem nas mentalidades e, possivelmente, potencializam, aceleram a experiência de tempo, a ressignificação do passado na historiografia participa ativamente na configuração do presente. Se Bomfim quer que os historiadores reflitam sobre seu ofício e, entre outras percepções, tomem consciência desta possibilidade de intuir no presente, é porque quer que compreendam isto como uma tarefa, como uma responsabilidade. Para ele a historiografia precisa tratar das realidades diversas no tempo, o que não significa, de forma alguma, se ater a objetividades que evidenciam apenas a certeza “*factual*”.

142 Não quero dizer que a historiografia fornece a única experiência de história ou de ressignificação do passado no nosso recorte. Existem múltiplas: como as memórias, a literatura, os museus, o folclore, entre muitos outros. É necessário apontar que estas outras possibilidades não fizeram parte das nossas questões, mas compõe a realidade da experiência de tempo do período.

Conclusão

Através do estudo de “*O Brasil na História*”, investigamos algumas das possibilidades sobre a escrita da história e a ciência na primeira república, mas principalmente lançar luz sobre as argumentações de Bomfim caras a sua temporalidade. Entre outras transformações a abolição da escravidão, em 1888, e a mudança de regime monárquico para republicano, em

1899, geraram grandes expectativas de mudança política e social entre os letrados do período. Dentro da perspectiva do ideal civilizacional, o Brasil era visto como uma nação atrasada em relação à grande comunidade mundial. Atrasado do ponto de vista social, político, tecnológico, sanitário, educacional entre outros diagnósticos. Diante de tantas questões, como se orientar em meio a esta instabilidade latente no fim do século XIX e início do XX brasileiro? Aqui fizemos o estudo de duas possibilidades que nortearam esta historicidade: a ciência e a história.

Apenas mencionar estas duas categorias em um recorte de cinquenta anos, nos apresenta uma diversidade incrível de compreensões entre autores diferentes e até no mesmo autor. Porém estas compreensões, enquanto características da historicidade do período compartilhavam categorias, *topos*, o “lugar comum”, e questões que possuíam pontos de encontro, mesmo que através da oposição de perspectivas. Antes de tudo era necessário lançar mão das disciplinas disponíveis, afim de interpretar este país múltiplo. Uma das escolhas científicas envolvia trilhar teorias que procuravam determinar leis de comportamento atávico aos homens, que constituem o corpo social, e muitas vezes compreender as possibilidades históricas através desta razão para tentar propor soluções aos problemas encontrados e conferir identidade. Outra possibilidade embrenhava na história e na historiografia, através de diversas tensões, onde, entre elas, o caráter relativista ou ordenador da história estava em debate para que então se criassem projetos de ação.

Bomfim criou uma síntese da história do Brasil que procurava gravitar naquela que acredito ser sua principal questão. As características e problemas brasileiros de seu tempo, ou de qualquer nação em qualquer tempo, não podem ser explicadas pelas teorias científicas do período, e a história poderia evidenciar isto. Quem se portava “intelectual” deveria passar pela desconfiança e assim investigar conclusões que determinam uma finalidade tão séria a um grupo ou povo. É necessário se portar de forma crítica diante de uma ciência tão naturalmente prestigiada. É preciso retomar a análise crítica da metodologia. Como um conhecimento que se apresente capaz de tamanha objetividade poderia, partindo de um homem complexo, racional e emotivo, ser tão imparcial? Poderiam existir no homem motivações que não estavam ligadas ao sentimento? Poderia uma investigação atrelada a escolhas de método e teoria dar conta de tamanhas generalizações? Se são recortes seu conhecimento não diz respeito a fragmentos da realidade?

Se o maior objetivo do seu livro é apresentar uma síntese que provoque aos leitores o sentimento de que apenas transformando o Estado brasileiro o país poderia sair do atraso (e para isso a população deveria se educar), é através da análise daquilo que ele entende como ciência, história e historiografia que estrutura seu argumento. Era preciso matizar as teorias científicas que delimitavam as capacidades étnicas e com isso tomar consciência do impacto que seu prestígio poderia gerar. Entende-las como um conhecimento exato do mundo social poderia gerar desigualdades ainda mais estratificadas no mundo moderno. Foi então através da crítica a historiografia e da compreensão de história que Bomfim fundamentou a historicidade do método e das teorias científicas. A conclusão de nosso autor é que o conhecimento estaria atrelado à convicções humanas em excesso para poder determinar exatidões, ou melhor, leis que possibilitassem uma transformação social similar a que as ciências da natureza pareciam apresentar a seus objetos.

Isto simplesmente quer dizer que é possível criar conhecimento sobre o mundo, mais não da realidade completa. Seria necessário, portanto, compreender melhor as motivações, chamadas por ele de “paixões”, que nos levam a elaborar questões e respostas, o que traria uma objetividade mais madura, consciente de si. Diante das possibilidades de produção de um conhecimento que poderia delimitar aos homens quais seus limites e hierarquiza-los, era preciso elaborar respostas que o matizasse. A historiografia da primeira república possuiu estas e outras tensões, que evidenciam a complexidade desta experiência de tempo. Através do estudo e da revisão bibliográfica, a respeito do nosso recorte, e o livro “*O Brasil na História*”, aqui transformado em fonte, constatamos que este trabalho de Manoel Bomfim, além de possuir tais tensões nos desvela possibilidades para compreender melhor a historicidade do final do século XIX e início do século XX, no que tange a intelectualidade brasileira. Questões como a compreensão de uma experiência moderna e uma anterior a esta, a crítica à ciência, ao método, à objetividade, à historiográfica, além da compreensão de história e de tempo podem nos orientar a investigar perspectivas similares na cultura letrada da primeira república brasileira.

Fontes

BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Três. 1984.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro*. São Paulo: Companhia editora nacional. 1978.

VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

Referências bibliográficas

AGUIAR, Ronaldo Conde. *O Rebelde Esquecido: tempo vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

ALONSO, Angela. *O positivismo de Luís Pereira Barreto e o pensamento brasileiro no final do Século XIX*. Coleção documentos. Série Teoria Política. IEA/USP, São Paulo, v. 09, 1995.

ARANTES, Paulo Eduardo. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira. Dialética e dualidade segundo Antônio Candido e Roberto Schwarz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1992.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. “Sobre a permanência da expressão *história magistral vitae* no século XIX brasileiro”. In: ARAÚJO, Valdei Lopes de. MOLLO, Helena Miranda. NICOLAZZI, Fernando F. (Org.). *Aprender com a História? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

BENTIVOGLIO, Julio. A HistorischeZeitschrift e a historiografia alemã do século XIX. *História da historiografia*. Ouro Preto. N.º 6, Março de 2011.

BENTO, Luiz Carlos. *Teórico, ensaísta ou rebelde: A importância do pensamento sócio-histórico de Manoel Bomfim para a historiografia brasileira*. *Expedições: Teoria da História e Historiografia* (Online), Goiás, v. 1, n. 1, 2010. Disponível em: <http://www.prp.ueg.br/revista/index.php/revista_geth/article/view/267/234>. Acessos em 30 de Jul. de 2012.

BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

_____. *O Brasil na América: Caracterização da formação brasileira*.

Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1929.

_____. *O Brasil Nação: Realidade e Soberania Brasileira*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 2 vols., 1931.

BOTELHO, André. *Educação e modernidade no Brasil*. *Cultura Vozes*, São Paulo, v. 93, n. 1, p. 122-145, 1999. Disponível em: <<http://www.ifcs.ufrj.br/~nusc/andre.htm>>. Acessos em 30 de Jul. de 2012.

_____. *O batismo da instrução: atraso, educação e modernidade em Manoel Bomfim*. Dissertação de mestrado defendida pela UNICAMP em 1997.

BOTELHO, A. Passado e futuro das interpretações do país. *Tempo Social* (USP. Impresso), v. 22, p. 47-66, 2010.

BURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Papirus: Campinas, 1996.

CAMARA, Sônia. O Intelectual educador Manuel Bomfim e a Interpretação do Brasil e da América Latina. *HISTEDBR On-Line*, v. 11, n. 44, 2011. Campinas. Disponível em: <<http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/histedbr/article/view/3146>>. Acessos em 30 de Jul. de 2012.

CASTILHO, Mariana Moreno. *O desejo da mímica e a consolidação da emergência de branquear e educar concebida por Silvio Romero*. Esboços, revista do programa de pós-graduação em História da UFSC, Florianópolis, n. 12-13, Jan. de 2005.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

COSTA, Jean Carlo de Carvalho. *Nação, estado e raça em Manoel Bomfim: a impertinência bomfiniana em torno da identidade nacional*. Cronos (Natal), v. 9, p. 417-438, 2008. Disponível em:

<http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/cronos/article/viewFile/1786/pdf_37>. Acessos em 30 de Jul. de 2012.

DANTES, M. Amélia (org.). *Espaços da ciência no Brasil (1800-1930)*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

SUSSEKIND, Flora; VENTURA, Roberto. *História e dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim*. São Paulo: Moderna, 1984.

GENETTE, Gérard. *Paratextos Editoriais*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

GONTIJO, Rebeca. Manoel Bomfim (1868-1932) e a escrita da História do Brasil. *Revista Brasileira de História*, vol. 23, nº 45, pp. 129-154, São Paulo, 2003. Disponível em: <http://www.achegas.net/numero/31/col_rebeca_31.pdf>. Acessos em 30 de Jul. de 2012.

GOMES, Angela de Castro. *A república, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009.

GONTIJO, Rebeca. *Manoel Bomfim: "pensador da história" na Primeira República*. *Rev. Bras. Hist.* [online], vol.23, n.45 p. 6-7, 2003.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Vol. 1, n. 1, 1998.

_____. Usos da história, refletindo sobre identidade e sentido. In: *História em Revista*, Pelotas, v. 6, dezembro de 2000.

KROPF, Simone Petraglia. Manoel Bomfim e Euclides da Cunha: vozes dissonantes aos horizontes do progresso. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, jun. 1996 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701996000100006&lng=pt&nrm=iso> acesso em 30 jul. 2012.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC/RJ, 2006.

LAHUERTA, Milton. “Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização”. In: COSTA, Wilma Peres da; LORENZO, Helena Carvalho de (Org.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

MICELI, Sergio. Bourdieu e a renovação da sociologia contemporânea da cultura. *Tempo soc.*, São Paulo, v. 15, n. 1, Apr. 2003 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000100004&lng=en&nrm=iso>. Acessos em 30 de jul., 2012.

MORAES, João Quartim de. “O positivismo nos anos 20: entre a ordem e o progresso.” In: COSTA, Wilma Peres da; LORENZO, Helena Carvalho de. (Org.) *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

NETO, Manoel Pereira de Macedo. Construindo Percursos Contra-hegemônicos: contribuições de Manoel Bomfim para a história, a historiografia e a educação brasileiras. In: XIII Encontro estadual da AMPUH, História e historiografia: Entre o Nacional e o Regional, 2008, Guarabira, 2008. Disponível em: <http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2006%20-%20Manoel%20Pereira%20de%20Macedo%20Neto%20TC.PDF>. Acessos em 30 de jul. 2012.

NICOLAZZI, Fernando. *Um estilo de história. A viagem, a memória, o ensaio*. Tese de doutoramento defendida pela UFRGS em 2008.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “A questão nacional na primeira república”. In: COSTA, Wilma Peres da; LORENZO, Helena Carvalho de (Org.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

PAYEN, Pascal. *A constituição da história como ciência no século XIX e seus modelos antigos: fim de uma ilusão ou futuro de uma herança? História da historiografia*. Ouro Preto, n° 6, p. 103-122, Março de 2011.

PORTUGAL, F. T. ;JACO-VILELA, A. M. ; MONTEIRO, D. B. R. . *Dominação, história e evolucionismo na América Latina: a perspectiva de Manoel Bomfim*. *Psico*, PUCRS (Online), v. 41, p. 325-331, 2010. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/6613/5853>>. Acessos em 30 de jul. 2012.

PORTUGAL, Francisco Teixeira. *Psicologia e história no pensamento social de Manoel Bomfim*. *Estudos e Pesquisas em Psicologia* (Online), v. 10, p. 596-612, 2010. Disponível em: <http://www.revispsi.uerj.br/v10n2/artigos/pdf/v10n2a18.pdf>. Acessos em 30 de jul., 2012.

ROSAVALLON, Pierre. Por uma História Conceitual do Político. *Revista Brasileira de Historia*. São Paulo, vol. 15, n° 30, p 8-22, 1995.

RÜSEN, Jörn. Narratividade e objetividade nas ciências históricas. *Textos de História*, Brasília, v. 4, n°. 1, p. 75-102,1996.

SANTOS, Analice Alves Marinho. *A formação da nação brasileira segundo Manoel Bomfim e Silvio Romero: debates acerca dos meios e caminhos para a civilização*, 2010. (Apresentação de Trabalho/Comunicação). Disponível em <<http://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/GT6/GT6-ANALICE.pdf>>. Acessos em 30 jul. 2012.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SCHOLTZ, Gunter. O problema do historicismo e as ciências do espírito no século XX. *História da historiografia*. Ouro Preto. N.º 6, p. 42-63, Março de 2011.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TURIN, Rodrigo. *Narrar o passado, projetar o futuro: Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista*. Dissertação de mestrado em história. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

UEMORI, Celso Noboru. Darwin por Manoel Bomfim. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 28, n. 56, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882008000200003&lng=en&nrm=iso>. Acessos em 30 de Jul. de 2012.

VERGARA, Moema de Resende. “As representações de ciência em espaços de divulgação no Brasil oitocentista uma nova pedagogia”. ARAUJO, Valdei Lopes de. MOLLO, Helena Miranda. NICOLAZZI, Fernando F. (Org.). *Aprender com a História? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.